



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 66ª reunião, realizada em 27 de novembro de 2020

1 Em 27 de novembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildelfonso Cunha
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro
8 de Castro Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
9 Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e
10 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de
11 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão
12 Fonseca, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de
14 Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto,
15 do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra);
16 Henrique Damásio Soares, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
17 (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque
18 Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção
19 Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima,
20 da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação
21 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.**
22 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
24 aberta a 66ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias.” Presidente Yuri Rafael
25 de Oliveira Trovão: “Eu vou fazer leitura para os senhores de um comunicado
26 sobre a Comissão de Ética. ‘Recentemente, por meio da Resolução SEMAD
27 2.971, de 16/6/2020, foi alterada a composição da Comissão de Ética da SEMAD.
28 Como novos membros da Comissão, gostaríamos de nos apresentar e colocar a
29 Comissão de Ética da SEMAD à disposição dos senhores conselheiros para
30 orientações, esclarecimento de dúvidas, recebimento de denúncia ou qualquer
31 demanda relativa a nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los de que,
32 como membros deste Conselho, os senhores exercem a função de agente público
33 e, como tal, devem observar o Código de Conduta Ética do Agente Público do
34 Estado, estabelecido no Decreto Estadual 46.644, de 6/11/2014. Deve ser sempre
35 respeitada a liberdade de expressão de todos os conselheiros, que por sua vez
36 devem representar suas entidades com diligência e honestidade, sendo sua
37 atuação pautada pelo respeito com os servidores do órgão ambiental e demais

38 colegas na atividade deste Conselho e pelos princípios éticos que regem o nosso
39 trabalho no Estado de Minas Gerais. Recomendamos para isso a leitura do
40 Código de Conduta Ética, disponível no site do governo.’ E ainda a Comissão de
41 Ética disponibilizou o e-mail para os senhores, em relação a alguma dúvida ou
42 alguma denúncia que pode ser feita. O e-mail é:
43 comissaodeeticasemad@meioambiente.mg.gov.br. Nós temos ainda duas
44 apresentações para os senhores. A primeira é que os municípios recebem os
45 primeiros diagnósticos socioambientais do Programa Água Doce em Minas
46 Gerais. ‘O Programa Água Doce, uma iniciativa que prevê a instalação de
47 dessalinizadores de água em 69 localidades rurais do Semiárido Mineiro, realizou
48 na última semana a entrega dos primeiros diagnósticos socioambientais do
49 programa no Estado. Os relatórios atendem 22 comunidades nos municípios de
50 Espinosa e Monte Azul, na região Norte do Estado. No total, serão entregues 279
51 diagnósticos até o final do ano. Utilizada em regiões onde a água doce é escassa
52 ou de difícil acesso, a tecnologia deverá beneficiar cerca de 28 mil pessoas em
53 Minas Gerais.’” *Exibição de vídeo institucional sobre o programa. Nós temos um
54 segundo vídeo institucional, que é ‘Minas sedia a Audiência Pública Sudeste do
55 Plano Nacional de Resíduos Sólidos’. ‘Minas Gerais foi o Estado escolhido pelo
56 Ministério do Meio Ambiente (MMA) para representar a região Sudeste dentro do
57 cronograma nacional de audiências públicas promovidas pelo órgão para debater
58 o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) junto à sociedade. O evento,
59 realizado na quarta-feira (21/10), na Cidade Administrativa, colocou em discussão
60 as ações e metas que integram a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS),
61 bem como peculiaridades regionais do planejamento elaborado pelo governo
62 federal.’” *Exibição de vídeo institucional. **3) COMUNICADOS DOS**
63 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
64 “Eu gostaria de deixar registrada a repulsa das ONGs em relação às discussões
65 sobre o acordo entre a Vale e o Estado sem a participação da sociedade. A
66 impunidade no Brasil é algo recorrente e notório. Muitas vezes, as empresas,
67 como a Vale, nesse caso, na expectativa da impunidade a curto prazo ou de uma
68 punição tardia, atrelada a processos extremamente complexos que se estendem
69 no tempo, estão oferecendo um valor inferior à metade do valor solicitado pelo
70 Estado. E nos preocupa que o Estado aceite, porque parece que para o Estado é
71 melhor receber algum agora do que muito, mas não se sabe quando. Nossa
72 Justiça tinha que ser mais célere em casos importantes como esse. Com essa
73 atitude, a Vale perde mais um pouco do respeito que a sociedade ainda nutria por
74 ela. As ONGs em locais como Brumadinho, Mariana, Barão, Macacos e outros
75 estão assustadas com a falta de compromisso da Vale com a recuperação integral
76 dos danos provocados por seus crimes em Brumadinho e dos danos provocados,
77 depois daquele rompimento, em locais como Barão, Macacos e outros. Na época
78 da discussão do PL 23.291, eu propus a obrigatoriedade de caução no caso de
79 barragens. Essa caução serviria para que o Estado, em casos como o de
80 Brumadinho, pudesse compensar as perdas para a economia pública, para a

81 sociedade em seus bens materiais e imateriais e para o meio ambiente no curto,
82 médio e longo prazo, sem ter que ficar em uma interminável disputa jurídica em
83 busca dessas reparações. Eu já me ofereci para conversar com a equipe da
84 SEMAD que está elaborando a regulamentação da Lei 23.291 sobre os conceitos
85 e critérios de mensuração do valor da caução, mas ainda não fui convidado.
86 Aguardo. Outro assunto, a entrada na pauta do licenciamento da Nacional de
87 Grafite deveria nos fazer refletir sobre o erro do Estado de Minas Gerais na sua
88 atual política minerária, privilegiando exportações de minério bruto em detrimento
89 da nossa siderurgia e metalurgia e das perdas para a sociedade e para o meio
90 ambiente. Não podemos repetir esse erro. Este é o momento de o Estado discutir
91 com a sociedade qual modelo de desenvolvimento queremos. Explorar e exportar
92 o grafite bruto com a mesma voracidade e insustentabilidade da atual exploração
93 de minério de ferro? Ou vamos verticalizar na industrialização do grafeno gerando
94 um melhor resultado para a economia pública, sociedade e o meio ambiente? É
95 necessário entender a importância que o grafeno, uma camada bidimensional de
96 carbono, terá no século XXI. Esse será muito provavelmente o material mais
97 importante deste século, em função de suas inúmeras propriedades. Em
98 homenagem ao amigo Orsini, aproveita o texto que recebi durante o seminário
99 sobre grafeno realizado pela Sociedade Mineira de Engenheiros, tendo como
100 palestrante o professor Sandio Pereira. 'O grafeno é um supermaterial,
101 incrivelmente fino, com uma grande área de superfície. O material é o material
102 mais forte já medido. Além disso, é a mais alta mobilidade intrínseca, registra
103 recorde de condutividade térmica, a mais alta densidade de corrente e assim por
104 diante. Diante desse conjunto diversificado de propriedades, o material tem ampla
105 aplicabilidade, de sensores a baterias, compósitos e assim por diante. Vejam
106 algumas das aplicações desse material: - Novas baterias, menores e com maior
107 capacidade. Lembrando que a eletrificação do sistema de transportes está
108 começando; - Circuitos integrados; - Filtro ideal para a filtragem e
109 dessalinização da água; - Película adicionada ao ferro, ao concreto e outros para
110 conferir maior resistência; - Aliado aos jatos de tinta para inserção de circuitos
111 eletrônicos em roupas e muitas outras aplicações. Novamente do seminário da
112 SME: '... A grafita (ou grafite), vendida com preço médio de US\$1.700/t, passa
113 pela produção de grafeno, e a cada 1 kg de grafita é possível produzir 150 g de
114 grafeno. Cada grama de grafeno é vendido entre US\$ 100 e US\$ 200,
115 dependendo da sua qualidade. Ou seja, 150 g de grafeno custam ao menos US\$
116 15 mil. E a tonelada de grafite, inicialmente vendida a US\$ 1.700, consegue então
117 produzir 150 kg de grafeno e render US\$ 15 milhões...' A diferença de preço entre
118 a grafita e o grafeno nos dias de hoje é de aproximadamente 88 mil vezes. Nós
119 vamos, de fato, exportar grafite e importar grafeno? Ou ainda vamos importar o
120 grafeno já aplicado? E continuar com esta exploração mineral insustentável e
121 inconsequente? Sem observar princípios da prevenção e precaução? Lembrando
122 que a indústria do grafeno é limpa e apropriada para a época das indústrias 4.0.
123 Gostaria muito que os representantes da Segov, Sede, Sedese e Codemig neste

124 Conselho internalizassem esta discussão nas suas secretarias e instituições. Tem
125 que ter gente neste governo pensando para frente, no futuro e não na manutenção
126 de um modelo de exploração mineral atrasado no tempo e inconsequente, como
127 temos visto. Gostaria também que a SME desse a contribuição que pode dar para
128 que o Estado estruture uma política industrial para o grafeno. Se possível nos
129 moldes do que a própria China opera. Podemos aprender. Não podemos esperar
130 iniciativas como essa partindo das mineradoras ou da Fiemg. Na campanha à
131 Presidência de 2018, o atual presidente falou algumas vezes sobre a importância
132 do grafeno e apresentou um grande especialista da Universidade Mackenzie para
133 falar sobre o assunto. O que não foi dito é que esse especialista era professor da
134 UFMG, que tem uma boa expertise no assunto. Quer dizer, ele foi da UFMG para
135 lá. Ou seja, conhecimento para iniciar com um novo processo de industrialização
136 no Estado já temos. As iniciativas do atual governo do Estado em relação à
137 industrialização do grafeno em Minas ainda me parecem muito tímidas, e tenho o
138 receio de que tal timidez seja apenas o reflexo da nossa 'política industrial' de
139 exportar commodities em detrimento do desenvolvimento industrial do Estado. A
140 meu ver o governo do Estado de Minas Gerais deveria defender junto à Fiemg
141 profundas alterações nas políticas industriais, já que as mineradoras têm
142 demonstrado uma mentalidade retrógrada em relação ao modelo de
143 desenvolvimento do Estado de Minas e parece que dominam a atual gestão da
144 Fiemg. Essa aparente submissão ideológico-econômica do Estado às políticas do
145 setor minerário e da Fiemg enseja uma perpetuação da política de terra arrasada
146 para beneficiar uns poucos acionistas, muitos deles residentes fora do Brasil, em
147 detrimento da economia pública, da sociedade e do nosso já exaurido meio
148 ambiente. Para isso, precisamos de políticas de incentivos à instalação de
149 indústrias para a produção de grafeno e suas aplicações comerciais. Entre os
150 incentivos, necessitamos de uma mudança na matriz tributária que proteja o
151 mercado interno e tribute as exportações de mineral bruto. Temos que rever esta
152 política de exportação sem impostos e com impostos altos para o mercado
153 interno. Acredito que a verticalização na utilização do grafite em Minas, além de
154 contribuir para uma maior arrecadação e aumento do número e qualificação dos
155 empregos, poderá diminuir a voracidade insustentável e irresponsável da
156 atividade minerária em nosso Estado. Outro assunto: novamente sugiro à SEMAD
157 padronizar entre as Suprams e Suppri a forma de apresentação das coordenadas
158 dos empreendimentos nos Pareceres Únicos. Sugiro que tudo seja apresentado
159 no formato padrão do Google Earth e que nos seja sempre disponibilizada uma
160 camada referente à ADA do empreendimento que possa ser visualizada nesse
161 software. Solicito também que as imagens dos Pareceres Únicos tenham uma
162 resolução melhor do que as que têm sido entregues para os conselheiros. As
163 imagens fornecidas nos Pareceres Únicos não têm tido, em muitos casos, uma
164 resolução suficiente para que possamos ampliá-las para ler os textos escritos
165 sobre elas. Essas são normatizações simples de serem feitas pela SEMAD e irão
166 melhorar muito o entendimento dos Pareceres Únicos. Por fim: por favor, a

167 SEMAD já tem respostas para as perguntas que deixei na última reunião
168 referentes ao minério retirado de forma irregular em Belo Horizonte?” Presidente
169 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós vamos passar essas sugestões para a Suram
170 para que uniformize em relação às Superintendências, e traremos a resposta. Vou
171 verificar com a assessoria em relação à manifestação do senhor quanto aos
172 questionamentos da reunião passada. Em relação à moção, nós temos uma
173 orientação da secretária de Meio Ambiente de que é possível. Não é uma resposta
174 ainda formal em relação à moção, mas ela falou da possibilidade de fazermos as
175 reuniões trimestrais. Mas ela pediu – e eu já adianto aos senhores – que em
176 relação à formação ou não do Grupo de Trabalho, que embora não esteja descrito
177 na moção, que nós possamos aqui definir os temas específicos. Eu explico para
178 os senhores. Quando um Grupo de Trabalho é feito, ele é feito por meio de
179 Resolução, conforme está no Regimento Interno, e é criado pela secretária de
180 Meio Ambiente, a secretária do COPAM. Nesse Grupo de Trabalho, é definido um
181 tema e também um prazo e, inclusive, os membros. Os membros, nós já sabemos
182 que os senhores já falaram na reunião passada quem seriam os interessados,
183 mas eu gostaria ainda hoje na reunião – e vou deixar esse assunto posterior à
184 votação dos processos – que definíssemos alguns temas específicos para que
185 possamos criar a Resolução com tema específico e com data específica para
186 apresentar o trabalho. Como a secretária nos orientou? Fazermos o Grupo de
187 Trabalho com temas específicos. Vencido esse tema, o Grupo de Trabalho
188 consolidando o entendimento, aí, sim, nós convocaríamos a reunião. Pode ser
189 extraordinária ou então nós podemos até discutir mesmo o tema em uma reunião
190 ordinária. Aí nós colocamos o tema na pauta e debateremos todos juntos aqui na
191 Câmara Técnica. Então ao final eu já solicito ao Julio, ao Dr. Orsini, ao pessoal
192 da Fiemg, à Maria Eugênia, ao Paulo, que eu lembro que também se propôs a
193 participar do grupo, que a gente alinhe mais ou menos algum tema ou mais de um
194 tema, mas que a gente defina pelo menos alguns temas para poder colocar na
195 Resolução e colocar data. E aí fazemos o cronograma das reuniões entre os
196 senhores do Grupo de Trabalho e posteriormente trazemos o assunto já
197 arredondado para debate aqui na Câmara.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
198 Nunes de Lima: “É um prazer ouvir do nosso colega Julio Grillo pelo menos um
199 incentivo à mineração com relação à questão da grafita, do grafeno. Esse é um
200 assunto que vem pautando há muitos anos a minha vida profissional e as
201 atividades que eu tenho de pesquisa. Mas de qualquer forma eu já quero dar dois
202 depoimentos muito importantes, não só sobre esse assunto, mas que envolve
203 mineração e valor agregado. Anteontem, foi protocolado na Semaur, Secretaria
204 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora... E aí eu quero
205 congratular-me com o Paulinho Oliveira, da Codemig. Foram protocolados os
206 estudos ambientais da primeira unidade de produção de células lítio-enxofre para
207 baterias a serem utilizadas em automóveis, caminhões, ônibus e aviões. Trata-se
208 de uma parceria da Codemge com a empresa Oxis Power Energy, que é uma
209 empresa inglesa que vai trazer para Juiz de Fora – a ser instalado no galpão 101

210 do complexo industrial da Mercedes-Benz, que todavia está sendo desativada –
211 a primeira fábrica de células lítio-enxofre. É a primeira no mundo, e Minas vai ter
212 essa possibilidade de receber a tecnologia. Então nós temos que trabalhar –
213 aproveitando a sua chance – na exportação, mas também na questão tecnológica,
214 na agregação tecnológica dos nossos produtos. Então o grafite nós vamos ter
215 oportunidade hoje de discutir aqui algumas vistas, até mesmo eu como fui
216 responsável por uma das vistas da Nacional de Grafite não vi a sua resposta com
217 relação ao item 9.3, que será discutido, presidente, no momento certo. Outro
218 ponto também que eu queria notificar aos colegas conselheiros foi que eu tive a
219 ocasião, representando a Sociedade Mineira de Engenheiros na inauguração da
220 fábrica de blocos da mina do Pico, que foi aqui aprovada por nós, e fiquei
221 realmente impressionado com o que a Vale está fazendo no Pico, Itabirito, e em
222 outras minerações. É digna de nota a importância, a tecnologia que está sendo
223 usada no aproveitamento de resíduos, reduzindo substancialmente os rejeitos. Ou
224 seja, você vai ter um aproveitamento desse rejeito na fabricação de blocos,
225 industrialmente. É uma fábrica piloto, mas de caráter industrial, e de um
226 desenvolvimento tecnológico muito bom. A qualidade do produto é excepcional.
227 Então eu queria parabenizar a Vale, parabenizar a equipe, a diretoria da Vale. A
228 inauguração dessa unidade é muito importante para Minas Gerais, é importante
229 para a Vale, para que a Vale também melhore essa imagem que muitas vezes a
230 sociedade, as comunidades não a têm como empresa adequada. Mas no fundo,
231 no fundo é uma empresa que está procurando buscar esse tipo de alternativa de
232 desenvolvimento e de agregação de valor de produto. Eu queria exatamente
233 conclamar isso que o nosso presidente acaba de dizer, para pautarmos temas
234 importantes que envolvam a chamada mineração sustentável, a mineração para
235 os nossos netos, a mineração que faz com que nós tenhamos a vida nas cidades.
236 Eu fui visitar, recentemente, a minha querida Itabira, e lá está tomando posse
237 agora um grande amigo nosso, um grande prefeito, Ronaldo Magalhães, que me
238 concedeu, quando ainda prefeito, a cidadania itabirana. Então eu me considero
239 filho de Itabira e preservo muito aquela cidade. É uma cidade que hoje pode ter
240 outra vida que não a mineração, ela está se modelando, se modernizando,
241 inovando. E ainda mais eu queria congratular-me aqui com o nosso prefeito
242 Ronaldo Magalhães por ter vencido as eleições lá. E é uma pessoa de uma
243 capacidade incrível para realmente transformar e Itabira em um grande centro
244 inovador de tecnologia, de aproveitamento de minério de ferro.” Conselheiro Paulo
245 Eugênio de Oliveira: “Eu não sou muito de falar dos trabalhos da Codemig, eu os
246 conheço muito pouco, pois fico muito atarefado com a parte do meio ambiente,
247 mas acho importante, em resposta ao que o Julio citou, citar que a Codemig tem
248 desenvolvido o Projeto MGgrafeno. É uma iniciativa da Codemig, da UFMG, do
249 CDTN, criado em 2016, visando à instalação da primeira planta industrial de
250 grafeno no Brasil. O MGgrafeno está no âmbito dos projetos de alta tecnologia da
251 Companhia. A planta piloto, localizada em Belo Horizonte, está operacional desde
252 2018 e tem trabalhado com foco na consolidação de processos e no

253 desenvolvimento da tecnologia própria 100% nacional. Este é um dos seus
254 diferenciais: a tecnologia desenvolvida. O grafeno é obtido por meio da esfoliação
255 química do grafite natural. Trabalham no MGgrafeno 59 profissionais, sendo 23
256 doutores, entre químicos, físicos, biólogos e engenheiros. Então é um projeto cujo
257 todo o desenvolvimento foi apoiado pela Codemig. Tem vários outros projetos da
258 parte de tecnologia também. Eu vou procurar me inteirar mais deles. Me
259 desculpem a minha falta de curiosidade em algumas coisas. E eu queria citar
260 também que a Codemig conquistou o primeiro lugar na categoria de serviços
261 especializados do 'Valor 1000', que pesquisa as mil maiores empresas do Brasil
262 e seleciona anualmente as organizações de maior destaque no país em 25 ramos
263 de atuação. Em 2019, a Codemig havia sido classificada em segundo lugar no
264 mesmo segmento, o segmento de serviços especializados. E nós fomos
265 campeões neste ano. Então só para responder e dizer que o nosso compromisso
266 com o desenvolvimento é tecnológico também e temos apoiado vários projetos de
267 alta tecnologia para levar Minas ao futuro." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
268 Trovão: "Eu agradeço e o parabenizo em nome da Codemig." Conselheira
269 Verônica Ildfonso Cunha Coutinho: "Eu só queria que fosse transcrita na íntegra
270 a fala do conselheiro Julio, porque acredito que é um tema interessante, sim, para
271 levarmos a discussão dentro das nossas Secretarias, especialmente dentro da
272 Segov. Então para eu poder ter todos os dados que ele leu, para poder levar ao
273 secretário." Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: "Vai ser breve o
274 meu relato em relação às palavras do Julio. Eu acho ótimo, entendo perfeitamente
275 a visão dele em relação a tudo que já foi feito e ao que não foi feito em relação à
276 atividade minerária no Estado. Mas eu queria só te tranquilizar, Julio, em relação
277 à Sede, ao que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem planejado. Eu
278 enfatizo a questão do planejado muito em razão do que nós estamos
279 preconizando, que seria o Plano Estadual de Mineração. Com certeza, esse plano
280 está sendo inicialmente formatado, não vai ser feito pela Secretaria. Está sendo
281 formatado pela Secretaria, mas vai ser feito mediante uma licitação, um processo
282 licitatório para contratação de consultoria. E dentro desse plano, com certeza, vão
283 ser priorizados os minerais estratégicos no Estado, e com certeza a grafita é um
284 deles. E nós entendemos que é muito importante, e eu concordo plenamente com
285 a questão da verticalização dos processos. Isso é fundamental. Mas as pessoas
286 têm uma certa ilusão em relação a isso. A questão é muito da viabilidade
287 econômica desses processos. Mas com certeza eu acho que começa assim de
288 forma embrionária, o que a Codemig tem feito. Nós acompanhamos muito esses
289 trabalhos que estão acontecendo em termos de P&D, que é isso que alicerça, que
290 é a base para a possibilidade de uma transformação industrial, que é o que nós
291 queremos. Nesse sentido, eu queria só te tranquilizar. Nós temos uma equipe na
292 Sede, na Diretoria de Mineração, uma equipe técnica que está muito empenhada
293 nesses estudos. Então tenha certeza de que é uma preocupação nossa também
294 e que da nossa parte vamos tentar fazer o melhor possível para melhorar essa
295 imagem da mineração, para tentar mostrar o lado que seja sustentável, que é o

296 que achamos que é mais importante. Estamos às ordens.” Conselheiro Julio
297 Cesar Dutra Grillo: “Eu acompanho essa iniciativa que o Estado tem da produção
298 do grafeno. O que eu quis dizer é que para mim a iniciativa ainda é incipiente,
299 temos que dar mais força para esse tipo de alternativa. Eu já tinha lido alguma
300 coisa, fiz recentemente um curso pela internet, com o Elias Jabbour e o Paulo
301 Gala, sobre o milagre chinês. E nesse curso já me chamou atenção para
302 formação, como eles estruturam os clusters de produção por área. Depois eu
303 escutei mais algumas falas do Elias Jabbour sobre a forma como esses cluster de
304 exploração de um item existem na China hoje. Eu acho que agora chegou o
305 momento de nós copiarmos, temos que aprender com eles, não adianta só
306 fomentar a indústria que vai transformar grafite em grafeno, nós temos que já
307 fomentar todas as indústrias que estão por baixo. E para isso se exige uma
308 mudança talvez até no conteúdo programático de determinados ensinios, tem que
309 trabalhar com educação, tem que trabalhar com o fomento às novas empresas,
310 com laboratórios, com incubadoras. É um monte de coisa engrenada. Com a
311 imprensa sabendo, com a sociedade sabendo, com todo mundo. Quer dizer, nós
312 vamos sair do que eu chamo de modelo de desenvolvimento hoje do Estado – é
313 um modelo predatório –, baseado nessa exportação a qualquer custo, e é um
314 modelo de exportação de commodities. Nós podemos, sem ter que voltar àquela
315 industrialização que já conhecíamos, e caminhar para a indústria 4.0, com o caso
316 do grafeno. Nós podemos dar um salto, mas só vamos dar esse salto se houver
317 uma iniciativa por parte do governo. E o que eu estou dizendo é o seguinte, o
318 governo nessa hora, infelizmente – fico muito triste –, me parece que não pode
319 contar com a Fiemg, porque a Fiemg está amarrada em cima da mineração como
320 é hoje. E vai ser um entrave a esse modelo novo de desenvolvimento. É isso que
321 eu acho que tem que ser discutido dentro do Estado. Só para dizer que eu estou
322 mudando de assunto, eu estou falando de meio ambiente, que a minha
323 preocupação é diminuir a carga predatória que está sendo a carga da exploração
324 de minério de ferro no Estado de Minas. Ela teria que cair para que pudesse ser
325 um pouco mais bem administrada, para que nós pudéssemos administrar a nossa
326 segurança hídrica, para que nós pudéssemos garantir os nossos corredores
327 ecológicos, para que nós pudéssemos gerar empregos de qualidade em cima de
328 uma indústria, como por exemplo 4.0. Essa que é a minha intenção, tem a ver
329 com o meio ambiente. A discussão que eu estou colocando é meio ambiente e
330 mineração, ou seja, é própria para uma Câmara de Atividades Minerárias.”
331 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu queria falar uma coisa que é
332 importante, sobre esse modelo chinês que está crescendo muito. Nós vivemos
333 em um país com várias ideologias contrárias ao que os chineses fizeram ou vêm
334 fazendo. Quem conhece a história chinesa percebe que é uma luta de um povo
335 que dura mais de um século, que ele vem procurando a sua própria independência
336 através de grandes nomes, de grandes pessoas, de grande luta de um povo
337 inteiro nesse processo todo. Então a China é um país de 1,5 milhão de habitantes
338 que conseguiu tirar 800 milhões da miséria. O que eu queria dizer é que nós

339 precisamos discutir todo o nosso modelo de uma forma mais voltada para nós
340 mesmos, nós brasileiros precisamos entender o que podemos fazer para sermos
341 melhores. E está baseado na questão da educação, a educação é primordial, nós
342 temos que fazer é ensinar nossas crianças e gerações futuras a trabalhar com a
343 técnica. Isso é verdade, dizer que agora o Brasil virou um país de commodities,
344 commodities primárias. Nós compramos tecnologia de celular, isso é um absurdo
345 do absurdo, nós poderíamos estar muito mais avançados. Então eu acho que o
346 Grillo tem razão em todos os aspectos, e se começarmos a fazer um esforço para
347 crescermos em todos os sentidos, na indústria, no aproveitamento de tudo quanto
348 é coisa, isso é muito importante. E isso cai dentro da educação, o que está
349 acontecendo na China. Escolas fantásticas na China, das melhores que temos
350 aqui, públicas, tem 50 em uma cidade do tamanho de Belo Horizonte. E Belo
351 Horizonte tem três ou quatro. É isso que temos que ver. É só esse comentário.”
352 Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Como o Dr. Thiago, da Fiemg, comentou
353 na última reunião, a Fiemg tem trabalhado e já trabalha com a questão da
354 promoção do desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais. A Fiemg
355 tem trabalhado forte nas questões sociais e ambientais, através de vários
356 programas, inclusive em áreas específicas da inovação na indústria. Então só
357 para deixar registrado, porque às vezes escutamos muita coisa, e é importante
358 saber da entidade o posicionamento. E nesse caso a Fiemg tem trabalhado
359 fortemente com a indústria sustentável, regida pelos princípios da
360 sustentabilidade no Estado de Minas Gerais. E é interesse da Fiemg a promoção
361 de um Estado sustentável.” **4) EXAME DA ATA DA 65ª REUNIÃO.** Aprovada por
362 unanimidade a ata da 65ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada
363 em 27 de outubro de 2020, com as seguintes alterações: – Linha 56, substituir
364 “municípios minerários” por “municípios minerados”; – Linhas 62 e 63, onde está
365 escrito “dependente das minerações da Fiemg”, leia-se “dependente das
366 minerações e da Fiemg”; – Linha 488, onde está escrito “entrar em qualquer
367 processo”, leia-se “estar contra qualquer processo”; – Linha 745, onde está escrito
368 “nem em uma vírgula”, substituir por “em nem uma vírgula”; – Linha 755, onde
369 está escrito “exportado”, leia-se “exportando”; – Linha 1.020, substituir a palavra
370 “disso” por “nisso”; – Linha 1.059, substituir “E que se você olhar nas imagens...”,
371 por “É que se você olhar nas imagens...”; – Linha 98, substituir a palavra
372 “ênfático” por “comentado”; – Linha 1.301, substituir a palavra “estarmos” por
373 “estar”; – Linha 1.306, corrigir a grafia da palavra “siderurgia”; – Linha 1.865,
374 acrescentar “amigo, Roberto Carvalho, ex-vice-prefeito de Belo Horizonte”; e
375 substituir a palavra “provas” por “trovas”; – Linha 1.409, substituir “fica necessitado
376 de” por “fica necessitando de”. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig,
377 Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. **5)**
378 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 5.1)**
379 **Nacional de Grafite Ltda. Mina Cabeceira do Piabanha II. Serra Verde II. Lavra**
380 **a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de**
381 **revestimento; pilhas de rejeito/estéril; obras de infraestrutura (pátios de**

382 **resíduos e produtos e oficinas); estradas para transporte de minério/estéril;**
383 **postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas**
384 **retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. Salto da Divisa/MG. PA**
385 **01069/2013/001/2014, ANMs 831.863/1992 e 830.661/1992. Classe 5.**
386 **Apresentação: Supram Jequitinhonha. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**
387 **Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Diante do que foi**
388 **informado no Parecer Único da Superintendência Regional do Meio Ambiente**
389 **Jequitinhonha de 15/10/2020, em especial os trechos transcritos no parecer de**
390 **vista que nós entregamos, nós requeremos não só que o Parecer Único seja**
391 **indeferido, como que seja arquivado. Tem que realmente começar de novo nesse**
392 **caso, não no próximo da Nacional de Grafite.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini**
393 **Nunes de Lima: “Após nossas avaliações mais detalhadas, incluindo contato com**
394 **o empreendedor – nós fizemos questão de procurar o empreendedor porque se**
395 **trata de indeferimento, então a gente tinha que avaliar mais com ele –, verificou-**
396 **se tratar de um processo que realmente carece de informações de base, o que**
397 **prejudicou uma avaliação mais consubstancial da equipe técnica da Supram**
398 **Jequitinhonha. Nossa recomendação ainda seria pela revisão do projeto**
399 **ambiental anteriormente apresentado, ajustando-o à Deliberação Normativa**
400 **COPAM 217/2017, quando então haveria que se apresentar uma nova**
401 **caracterização do empreendimento englobando estudos referentes aos critérios**
402 **locacionais e outros estudos complementares que, todavia, não foram incluídos**
403 **no referido EIA/Rima apresentado em 2014. Veja só, eles apresentaram em 2014.**
404 **Então nós temos um tempo longo de protelação desse processo. Por outro lado,**
405 **verificamos a importância de que sejam desenvolvidos novos estudos, com mais**
406 **esmero e qualidade, em virtude da importância do complexo minerário de grafita**
407 **da região de Salto da Divisa, no Vale do Jequitinhonha, sempre carente de**
408 **projetos de desenvolvimento de porte, gerador de empregos e renda, o que tem**
409 **sido proporcionado pela empresa Nacional de Grafite Ltda. Então eu queria,**
410 **nesse aspecto, mostrar a importância da presença da Nacional de Grafite na**
411 **região do Vale do Jequitinhonha. Ressalva-se também na cadeia produtiva do**
412 **mineral grafita a sua prioridade para a inovação de processos, inclusive**
413 **acumulando desafios importantíssimos para a agregação de valores como por**
414 **exemplo a nova era do Grafeno, como alternativa tecnológica, que em todos os**
415 **fóruns deveremos defender a mineração em Minas Gerais e a liderança no futuro**
416 **desse produto. A conclusão nossa, mesmo com esse elogio trazido à Nacional de**
417 **Grafite, é pelo indeferimento.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Na verdade,**
418 **nós não apresentamos o relato de vista, mas manifestar aqui rapidamente. Depois**
419 **da análise do processo, dos autos, nós vimos que realmente não há como opinar**
420 **pelo deferimento desse processo em questão. Então acompanhamos o parecer**
421 **da SEMAD e solicitamos que posteriormente o empreendedor apresente novos**
422 **estudos de acordo com o que for sugerido e requerido pelo órgão ambiental. E**
423 **acreditamos que ele vá fazer isso. Então pedimos que novos estudos e melhores**
424 **sejam apresentados para que o processo seja instruído de forma correta e**

425 satisfatória. Nós somos pelo indeferimento também. Conselheiro Henrique
426 Damásio Soares: “Nós também fizemos opção de não apresentar o relatório em
427 virtude do que o Dr. Orsini apresentou e a Dra. Denise também. E nós achamos
428 que é melhor o processo ser instruído novamente da melhor forma. Essa é a
429 manifestação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em votação o item 5.1.
430 Pelo indeferimento.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,
431 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Ausência: ANM.” Presidente
432 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O processo foi indeferido por 11 votos favoráveis
433 e uma ausência.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
434 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1)**
435 **Gerdau Açominas S/A. Mina de Miguel Burnier. Pilhas de rejeito/estéril.**
436 **Minério de ferro. Ouro Preto/MG. PA 06646/2015/002/2017, ANM:**
437 **930.600/2009. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
438 **alínea b). Apresentação: Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**
439 **Sindiextra e Fiemg.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “As imagens inseridas
440 no Parecer Único estão com resolução insuficiente, o que impede uma boa análise
441 do PU. A resolução destas imagens deveria ser de ao menos 150 DPI – desejável
442 250 DPI. A troca do formato da disposição de rejeitos, deixando de jogá-los na
443 barragem para colocá-los em pilha, é muito positiva. Apesar de a pilha ter uma
444 altura que varia entre 160 a 180 m, o que significa que podemos ter até 400 t/m2
445 dessa pilha, parece que os cuidados com o planejamento, instalação e operação
446 desta pilha estão adequados. Pelo menos nós recebemos informações
447 adequadas sobre ela no parecer. A Suppri recomendou que ‘... as drenagens
448 periféricas sejam construídas após a finalização de cada banco, assim como a
449 revegetação de cada talude, de forma a minimizar o carreamento de
450 sedimentos...’ É uma recomendação muito boa, mas ela deveria ser colocada
451 como condicionante, a meu ver. Sobre a fauna – página 19/166 do Parecer Único:
452 ‘... O diagnóstico conclui que a área de influência do empreendimento, apesar da
453 antropização por eucaliptos, ainda é capaz de suportar espécies com alta
454 exigência ambiental. As áreas, portanto, representam importantes fontes para
455 manutenção das espécies em longo prazo. Na solicitação de informações
456 complementares, a equipe técnica pediu que fosse apresentado estudo com
457 detalhamento dos impactos pela perda de habitats e recursos importantes, uma
458 vez que os remanescentes representam fontes de manutenção das espécies. O
459 empreendedor alega que as espécies estão amplamente distribuídas em diversos
460 ambientes...’ A resposta do empreendedor demonstra total desinteresse pela
461 proteção animal afetada. Isso fica claro na resposta que ele dá. Na página 22/166
462 do Parecer Único: ‘... O diagnóstico demonstra que a região é uma área prioritária
463 para conservação, com grande diversidade de fauna, incluindo espécies
464 ameaçadas. Avalia-se, portanto, que a implantação do projeto não acarretará na
465 extinção local de espécies, mas deverá estimular a conectividade de outros
466 fragmentos e a recuperação de áreas na bacia, de forma a manter e dar suporte
467 para a fauna regional, principalmente pelo papel de corredor ecológico que os

468 fragmentos de vegetação têm no contexto local...'. Página 77/116 do PU: '....
469 Alguns impactos sobre algumas espécies foram detalhados no item de
470 diagnóstico de fauna. Em ambos os casos, o impacto foi classificado como de
471 média magnitude, negativo e irreversível. As compensações previstas são o
472 Programa de Compensação Ambiental, e, como medida de controle, está o
473 Programa de Monitoramento da Fauna em execução na Mina de Miguel
474 Burnier...'. A meu ver, as compensações previstas não compensam os impactos
475 de média magnitude, negativos e irreversíveis sobre a perda de vida silvestre,
476 apenas monitora essa perda. Página 60/116 do PU: '.... No caso em análise, a
477 anuência do Iphan está pendente, pois em decorrência da pandemia do Covid-19
478 a entrega de material arqueológico nos estabelecimentos competentes foi
479 atrasada, o que impediu que o Iphan emitisse o ofício de anuência em tempo hábil.
480 Nesse sentido, caso emitida, a licença não terá efeitos até que apresente
481 anuência do Iphan, conforme preconiza o art. 26, §º 2 do Decreto 47.383/2018...'.
482 Eu acho que devemos sempre aguardar o posicionamento do Iphan antes de
483 conceder a licença. É importante também lembrar que a Gerdau tem tentado
484 minerar na área do MONA de Moeda e muito provavelmente já invadiu aquela
485 área protegida (aguardamos a confirmação final dessa invasão), o que a
486 sociedade não aceita. Nós queremos preservar as nossas áreas de conservação.
487 Considerando os fatos e razões expostos acima expostos e no parecer de vista,
488 requeremos que este processo de licenciamento seja indeferido." Conselheira
489 Denise Bernardes Couto: "O nosso parecer foi apresentado dentro do prazo
490 regimental. Foi um parecer conjunto entre SME, Sindiextra e Fiemg. E depois de
491 toda a análise nós entendemos que o processo está pronto para ser julgado e
492 somos pelo deferimento do mesmo." Conselheiro Henrique Damásio Soares: "Nós
493 fizemos o parecer conjunto, eu corroboro as palavras da Denise. Nós entendemos
494 que o parecer e o processo estão aptos a serem deliberados nesta reunião."
495 Francisco de Assis Lafetá Couto/Gerdau Açominas: "Meu nome é Francisco
496 Couto, o pessoal me conhece mais pelo apelido de Kiko, sou gerente de
497 Sustentabilidade da Gerdau. Após os relatos de vista, eu gostaria de prestar
498 alguns esclarecimentos e informações sobre esse processo. Ressalto que, em
499 respeito à Câmara e aos demais participantes, iremos nos ater aqui aos itens que
500 estão intimamente relacionados com o empreendimento. Esse processo trata do
501 pedido de licença ambiental para implantação do empreendimento pilha de estéril
502 PDE MB2. A atividade é listada como pilha de estéril e rejeito e possui 175 ha de
503 área útil, sendo classificada como classe 4 na modalidade LAC 2, Licença Prévia
504 + Licença de Instalação. A pilha de estéril MB2 se trata de local de disposição de
505 estéril e rejeito da mina de Miguel Burnier. Inicialmente, o projeto previa que todo
506 rejeito originado das unidades de tratamento de minério 1 e 2 seria enviado para
507 barragem. Contudo, com alteração da estratégia de disposição da empresa e a
508 necessidade de descomissionamento da barragem dos Alemães, devido à Lei
509 23.291, o rejeito passará a ser filtrado e, posteriormente, disposto em pilhas. Hoje
510 a mina conta com a disposição de estéril na pilha do Vigia e estrutura de

511 beneficiamento e tratamento a úmido nas UTM's 1 e 2 e a barragem dos Alemães.
512 Essa deverá ser descomissionada em breve, tendo em vista que já teve seu
513 projeto de descomissionamento e descaracterização aprovado pela Agência
514 Nacional de Mineração (ANM), e aguardamos aprovação da FEAM para início dos
515 trabalhos com vistas ao cumprimento do prazo estipulado pela legislação vigente.
516 Nesse sentido, a pilha de codisposição de estéril e rejeito surge como alternativa
517 para a disposição do rejeito. Foram solicitadas quatro outorgas, sendo duas de
518 dreno de fundo e duas para os sumps Leste e Oeste. Sumps são estruturas
519 escavadas que têm objetivo de reter os sedimentos carreados na pilha. As
520 outorgas dos drenos de fundo, por serem enquadradas como de grande porte,
521 passaram pela aprovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. Já
522 foram aprovadas também na CPB (Câmara de Proteção à Biodiversidade) as
523 compensações ambientais relativas a supressão de Mata Atlântica, área de
524 preservação permanente (app) e de espécies imunes e ameaçadas. Irão ser
525 cumpridas, oportunamente, as compensações relativas à Lei do Snuc e à
526 compensação minerária, conforme condicionantes do Parecer Único. Foram
527 apresentados 17 programas de monitoramento, mitigação e compensações
528 ambientais e sociais. Foram realizadas cinco vistorias da Suppri para análise
529 completa do processo. Informações complementares foram solicitadas pela
530 Suppri e respondidas prontamente pela empresa. Foram apresentados os
531 projetos de estabilidade geotécnica da pilha e de segurança operacional de
532 acordo com as normas da ABNT. Aproximadamente 90% do volume de minério
533 que é produzido pela Gerdau são utilizados em suas plantas siderúrgicas
534 localizadas em Minas Gerais: usina de Ouro Branco, Barão de Cocais e
535 Divinópolis. Dessa forma, somente 10% da produção são destinados à venda,
536 pois esse minério não atende à qualidade das nossas plantas siderúrgicas.
537 Quanto à recomendação da Suppri para que as drenagens periféricas sejam
538 construídas após a finalização de cada banco, assim como a revegetação de cada
539 talude, de forma a minimizar o carreamento de sedimentos, o que já é uma prática
540 na operação da Gerdau nas suas pilhas de estéril, a empresa informa que não se
541 opõe que seja uma condicionante do processo em julgamento. Com relação aos
542 impactos da fauna citados pelo conselheiro Julio Grillo, os mesmos serão
543 tratados, posteriormente, pela empresa Sete, que é a empresa responsável pelos
544 estudos ambientais. Com relação à citação do conselheiro de que as
545 compensações previstas não compensam os impactos, apenas monitoram a
546 perda, temos a informar que às áreas de compensação cumprem seu papel de
547 dar suporte e abrigar a fauna silvestre. O monitoramento tem como medida
548 objetiva diagnosticar as alterações nas populações e comunidades da fauna.
549 Assim teremos os seguintes quantitativos de áreas a serem compensadas para
550 uma ADA de 175 ha e uma área de supressão de vegetação de nativa de 130 ha.
551 Nós iremos compensar com Mata Atlântica 260 ha, a compensação minerária será
552 de 175 ha, e a área de preservação permanente de 24,43 ha, somando um
553 percentual de 459 ha. Para um desmatamento de 130 ha, daria uma relação de

554 3,5 para cada hectare a ser suprimido. Isso vai ser transformado em área de
555 compensação. Além disso, tem um plantio de 1.447 espécies; e de espécies
556 ameaçadas de extinção 34.532 espécies. Em relação à comunidade de Miguel
557 Burnier, temos a informar que a empresa sempre se preocupou com a melhoria
558 da qualidade de vida do distrito de Miguel Burnier e a conservação dos bens
559 históricos e culturais da comunidade, sempre alinhada com os órgãos públicos e
560 instituições que atuam no município. Dentre as diversas iniciativas, podemos citar
561 o apoio a diversos projetos sociais, culturais e esportivos, dentre eles, projeto
562 Estação Cultura, Congado, Banda de Música, Circo da Gente, Judô de Ouro,
563 instituto de futebol para criança, Personagem da História, que é um jogo de
564 tabuleiro para trabalhar a educação e a cultura histórica de Miguel Burnier;
565 programa de formação em mídia e educação do Museu de Congonhas, com o
566 objetivo de preparar educadores para a sala de aula etc. Vale destacar que os
567 projetos apoiados pela Gerdau, com recursos próprios, são escolhidos pela
568 própria comunidade por meio de edital e votação pública. Programas institucionais
569 são executados com recursos próprios por meio do Programa Voluntariado, da
570 Gerdau. Temos um programa que tem como objetivo despertar o empreendedor
571 em crianças e jovens; Mulheres Empreendedoras, que promove a capacitação de
572 mulheres na área do empreendedorismo; Programa na Mão Certa, blitzes
573 educativas para os caminhoneiros, com o intuito de mitigar a exploração sexual
574 de crianças e adolescentes, além de educação e saúde; No Cantinho das Gerais,
575 projeto de fomento ao desenvolvimento local de Miguel Burnier e Mota, a partir do
576 fortalecimento da rede de pequenos fornecedores de insumos, e apoio à abertura
577 de comércio local; Prova de Vizinhos, escuta ativa da comunidade sobre temas
578 relevantes; Faop, a Fundação de Arte de Ouro Preto, iniciativa que busca a
579 transformação social por meio da arte e da cultura, além do resgate do patrimônio
580 material e imaterial de Miguel Burnier. Temos também a parceria Faop, Gerdau e
581 moradores para recuperação das fachadas e interiores das moradias; Roda de
582 Conversa, encontros semanais para trabalhar a autoestima das mulheres e aulas
583 de artesanato. Temos ainda apoio ao Festival de Cultura de Miguel Burnier,
584 instalação de internet gratuita na estação ferroviária de Miguel Burnier e em
585 escola; articulação para disponibilizar o EJA, de educação para jovens e adultos;
586 construção de campo de futebol na comunidade, construção de quadra
587 poliesportiva na Escola Municipal Monsenhor Rafael, instalação de 82
588 biodigestores em Miguel Burnier, tendo sido beneficiadas 89 unidades
589 habitacionais em sete áreas de imóveis. Hoje Miguel Burnier pode se gabar de
590 ser um dos poucos distritos de Ouro Preto com tratamento de esgoto. Apoio na
591 primeira fase de restauração da estação ferroviária de Miguel Burnier; doação do
592 acervo de documentos de Miguel Burnier para o Arquivo Público Mineiro. Esse
593 material fará parte de uma exposição itinerante. Processo de musealização da
594 Usina Wigg; gestão de solicitações e reclamações, telefone 0800 disponível de
595 segunda a sexta, no horário de 8h às 18h, para recebimento das demandas da
596 comunidade. Com relação a anuência do Iphan, tamanho, altura e outras

597 informações da pilha de estéril e rejeito, a alegada a fragmentação do processo e
598 impactos potenciais nos recursos hídricos, será apresentado em seguida pelos
599 meus colegas. Já finalizando a minha participação, informo que a Gerdau vai
600 completar no ano que vem 120 anos de operação. Penso que uma empresa que
601 não tenha transparência e ética nos seus relacionamentos com todos os públicos
602 jamais irá alcançar essa marca.” Leandro Quadros/Gerdau Açominas: “Eu trago
603 aqui dois aspectos rápidos em relação a recursos hídricos que foram levantados
604 no parecer de retorno de vista do conselheiro Julio Grillo. Na área em questão, na
605 área de influência da pilha, foram identificadas duas pequenas captações de
606 água. Uma delas é a captação da localidade de Chrockatt de Sá, e a outra de uma
607 propriedade chamada Villa Emma. Nós fizemos um estudo detalhado sobre essas
608 duas captações, todo esse material está apresentado no Estudo de Impacto
609 Ambiental e também na resposta de informações complementares que a Suppri
610 pediu e verificamos que a captação de Chrockatt de Sá não será afetada de
611 nenhuma maneira, porque essa captação não é uma captação no curso da água,
612 é a captação de uma nascente de rocha fraturada que está fora da área de
613 influência da pilha. Já a captação de Villa Emma vai ser completamente
614 impactada, porque está dentro da área da pilha. Apesar de ser uma captação
615 irregular, porque é feita em terrenos de propriedades da Gerdau sem a devida
616 autorização da Gerdau, ainda assim a empresa se propõe a fazer a reposição da
617 água. A vazão hoje captada é de 1,5 l/s, e a Gerdau se propõe a fazer a reposição
618 de 1 l/s, que é a vazão máxima de uso insignificante que é permitida pela
619 legislação. Então isso está resolvido dessa forma. Essa pilha é situada, em parte,
620 na bacia do córrego Macaquinhos. Na cabeceira da bacia do córrego
621 Macaquinhos, tem operações da Gerdau e minerárias e também parte dessa
622 pilha. E mais a jusante tem uma captação de água da Copasa que abastece em
623 parte a cidade de Congonhas. Então já desde o final de 2015 e início de 2016 a
624 Gerdau desenvolve tratativas com a Copasa no sentido de fazer um bom
625 acompanhamento dessa bacia. Depois dessas tratativas, em setembro de 2016,
626 portanto, há cerca de quatro anos, um pouco mais de quatro anos atrás, Gerdau
627 e Copasa fizeram um termo de cooperação técnica em que foi feito um estudo
628 conjunto de toda a bacia e toda a atividade minerária da Gerdau. Esse estudo
629 conjunto propôs um sistema de monitoramento conjunto, que é feito, e uma série
630 de interações entre as duas empresas que tem por objetivo fazer com que exista
631 completa compatibilidade entre a atividade de mineração desenvolvida na bacia
632 e a captação de água. Isso está em curso, e dentro desse estudo são
633 apresentados relatórios anuais pela Gerdau à Copasa. No relatório do ciclo
634 hidrológico de 2018/2019, foi apresentada o projeto da pilha e suas medidas de
635 controle e mitigação. E por fim, agora em agosto de 2020, teve a votação da
636 outorga do dreno de fundo dessa pilha no Comitê de Bacia Hidrográfica
637 Paraopeba, e nesse Comitê tem assento a Copasa. Então a outorga foi votada e
638 aprovada, sendo que o voto do representante da Copasa foi favorável à
639 implantação da pilha.” Aureliano Alves/Gerdau Açominas: “Eu gostaria de fazer

640 uma apresentação de alguns slides. Eu sou Aureliano Alves, sou engenheiro
641 geotécnico, trabalho na Gerdau e sou responsável pelo projeto de disposição de
642 estéril e rejeito. Temos uma imagem geral da pilha que estamos licenciando hoje,
643 a PDE MB2. Falando um pouquinho sobre as considerações, tivemos a
644 consideração do conselheiro Julio Grillo, que ressalta a questão de o projeto estar
645 adequado. Então fazendo apenas um esclarecimento aqui, a pilha de estéril e
646 rejeito é uma estrutura com material depositado contrapilhando uma encosta, ou
647 seja, a tensão aplicada no solo não é uniforme e vertical como se fosse uma
648 coluna, ela varia de acordo com a massa depositada em cada elevação das
649 bancadas em relação à fundação da pilha. Nas secções apresentadas a seguir
650 será possível constatar que a altura máxima vertical aplicada na secção de maior
651 altura é de 113,6 m. Um outro comentário também, uma manifestação das ONGs,
652 foi sobre justamente essa altura da pilha também. Conforme ressaltado pelo
653 conselheiro, o projeto da PDE MB2 está adequado. A projetista da pilha seguiu
654 rigorosamente todos os critérios e premissas estabelecidos pelas normas
655 nacionais, além de recomendações e diretrizes internacionais estabelecidas por
656 órgãos independentes do Canadá e da Austrália, que são as maiores referências
657 que temos hoje em termos de disposição de rejeito. Aqui novamente a planta,
658 mostrando o arranjo geral. Nós temos três secções: secção A, secção B e secção
659 C. Do lado leste, temos uma altura máxima de 75,5 m, ou seja, essa primeira parte
660 da pilha é toda construção de acesso para que me permita fazer a disposição do
661 estéril e do rejeito em cotas superiores. Na secção A, a mesma coisa. Então eu
662 pego para cada bancada a altura, e a altura máxima na secção A é de 80 m. E na
663 secção B, que é a secção mais central a altura máxima é de 113 m. Então de uma
664 forma geral não tem uma altura de 160 m como se fosse uma coluna de material
665 aplicando uma tensão no solo. Então de uma forma geral tem essa altura mais
666 reduzida e reduzindo a carga no solo.” Alisson Frederico/Gerdau Açominas: “Eu
667 gostaria de comentar um pouco a respeito da menção sobre a anuência do Iphan,
668 descrita na página 13 do parecer do Sr. Julio Grillo. Cabe mencionar que a
669 empresa cumpriu todas as etapas dos estudos de arqueologia, inclusive o resgate
670 arqueológico autorizado pelo Iphan. Todos os documentos e relatórios solicitados
671 pelo Iphan até o momento já foram devidamente formalizados. Dessa forma,
672 aguardam somente a manifestação final desse órgão interveniente. Conforme
673 definido no art. 26, §2º do Decreto 47.383/2018, a licença ambiental poderá ser
674 emitida, porém não produzirá efeitos até que o empreendedor obtenha a
675 manifestação dos órgãos ou entidades públicas intervenientes, o que deverá estar
676 expresso nos certificados de licenças. Sendo assim, entendemos que há total
677 legalidade nesse procedimento, não havendo nenhum impeditivo para que o
678 COPAM se manifeste e a licença seja votada pelos senhores e senhoras
679 conselheiros neste Plenário.” Elaine Ferreira/ Sete Soluções e Tecnologia
680 Ambiental: “Sobre a menção do conselheiro em relação à fauna. Eu sou da
681 coordenação técnica da Sete Soluções e Tecnologia Ambiental, responsável
682 pelos estudos, inclusive da fauna, e sobre essa menção, na página 19, do Sr.

683 conselheiro, eu preciso mencionar que a menção à questão das espécies
684 amplamente distribuídas em diversos ambientes se refere a avifauna,
685 especificamente. A Gerdau possui um robusto programa de monitoramento da
686 fauna, executado pela Sete Soluções e Tecnologia Ambiental. Em dois anos de
687 estudo, entre 2016 e 2018, nós monitoramos 3.700 há, em uma área de
688 abrangência que corresponde a 13.500 ha de hexágono de monitoramento. Isso
689 é quase 50% da área de propriedade da mina de Miguel Burnier. É uma ampla
690 área de abrangência do monitoramento. E quando o empreendedor respondeu à
691 questão de as espécies estarem amplamente distribuídas, diz respeito às 21
692 espécies endêmicas listadas no EIA e a mais 17 espécies de interesse que foram
693 monitoradas ao longo desses dois anos, cujos resultados subsidiaram a resposta
694 às informações complementares. A ampla distribuição das espécies foi
695 apresentada em um mapa com o registro de distribuição dessas 38 espécies de
696 aves. Então elas realmente estão distribuídas amplamente nos ambientes,
697 conforme sintetizou o Parecer Único da Suppri. Então diante dessa riqueza e
698 distribuição das aves não foram recomendadas ações específicas de
699 monitoramento para avifauna, mas no âmbito do programa de monitoramento
700 executado nesse período foram propostas medidas mitigadoras, compensatórias,
701 que contemplam não só as aves, mas toda a comunidade faunística, mastofauna,
702 herpetofauna. Inclusive, essas propostas foram compiladas na íntegra no Parecer
703 Único, no penúltimo parágrafo da página 20. E foram enfatizadas as medidas que
704 foram propostas no âmbito desse programa, que são áreas relevantes para
705 restauração, para conexão e para conservação em virtude do seu potencial para
706 aumentar a conectividade do território. Nesse caso, apresentamos como exemplo
707 e é importante citar um corredor importante para a fauna, que foi indicado no
708 âmbito desse programa de monitoramento e que foi implementado na reserva
709 legal da Gerdau. Então ele hoje é incorporado à reserva legal da Gerdau, é um
710 corredor de mata circundado por vegetação campestre e eucalipto, dentro da
711 fazenda Wigg. Ele foi identificado como importante para a fauna em termos de
712 conectividade por abrigar espécies ameaçadas tanto da mastofauna como onça-
713 parda *Puma concolor*, jaguatirica, *Leopardus pardalis*, que foram identificados
714 utilizando esse corredor para passagem, para travessia, além de espécies, por
715 exemplo, como anfíbio ameaçado, a rãzinha-da-mata, além de aves endêmicas
716 também, como a saíra-douradinha, saíra-ferrugem, espécies listadas no EIA.
717 Então o programa de monitoramento objetiva diagnosticar alterações nas
718 populações e comunidades da fauna em decorrência de impactos advindos da
719 implantação e operação do empreendimento e tem sido efetivo para indicar
720 propostas para a conservação das espécies, não tem se restringido apenas a
721 monitorar perdas.” Marcelo Azevedo/Gerdau Açominas: “Eu vou fazer uma breve
722 indicação sobre a questão da menção, no parecer, da fragmentação. A legislação
723 federal, a própria Política Nacional de Meio Ambiente quanto a Lei Complementar
724 140, estabelece que estão sujeitas ao licenciamento ambiental atividades que
725 sejam potencialmente poluidoras. As atividades. No caso aqui, a pilha é uma

726 atividade, e essa pilha é passível de licenciamento ambiental. Quando falamos de
727 fragmentação, que está prevista na legislação estadual, o próprio Estado tem a
728 sua interpretação oficial para explicar o que é a fragmentação, e ele indica então
729 que quando você tem a fragmentação é a divisão da mesma atividade que está
730 sujeita ao licenciamento ambiental de modo que ela fique em um porte inferior,
731 facilitando os requisitos do processo de licenciamento. No caso concreto aqui, a
732 PDE serve tanto ao empreendimento já em operação, instalado, o qual já vai ter
733 a disposição de rejeito, quanto ao planejamento da atividade para as próximas
734 etapas. E justamente nesse sentido de ter um bom planejamento de licenciamento
735 que é feita a pilha na sua dimensão máxima para evitar que sejam feitos diversos
736 licenciamentos pequenos de pilha enquanto o processo vai evoluindo. Então o
737 processo de licenciamento segue adequadamente o que está previsto na
738 legislação ambiental, sem nenhuma hipótese aqui de fragmentação, de acordo
739 com o que está previsto na DN 217, no Decreto 47.383 e na própria interpretação
740 oficial do Estado, por meio da Instrução de Serviço 01/2018.” Rodrigo
741 Ribas/SEMAD: “A minha introdução é muito simples, diz respeito só a uma
742 reclamação constante do Julio Grillo sobre a inserção, no Parecer Único, de
743 imagens que não têm boa resolução. Julio, nós não vamos conseguir resolver
744 isso, porque quando mandamos o parecer, por uma questão de espaço, temos
745 que mandar em PDF e comprimir o parecer. E quando comprimimos o parecer as
746 imagens perdem resolução mesmo. Só que todas essas imagens que perdem
747 resolução têm endereço da sua origem. E nós agora estamos mandando o link
748 dos processos na íntegra em todas as reuniões. Então se houver necessidade de
749 visualizar com mais qualidade no link se consegue fazer isso, porque o link não
750 precisamos comprimir. Em última instância, se você quiser ver alguma imagem
751 específica, é só pedir para as equipes técnicas da Supram e da Suppri, que nós
752 mandamos para você a original. Eu vou passar agora para a Camila fazer algumas
753 considerações sobre a fauna. A Gerdau acabou pontuando cada um dos itens que
754 nós também pontuamos, então nós vamos ser mais breves também.” Camila
755 Andrade/SEMAD: “O pessoal da Gerdau discutiu amplamente os aspectos
756 levantados no parecer de vista, e eu queria ressaltar e reforçar o que foi levantado
757 por eles, especialmente pela Elaine em relação à fauna agora há pouco. O que
758 consta no parecer de vista, de fato, o impacto é negativo, é irreversível, e como
759 consideramos o impacto negativo e irreversível nós sugerimos as medidas
760 compensatórias para esse impacto negativo e irreversível. E no caso da fauna a
761 equipe entende que a preservação das áreas verdes, a formação de corredores
762 ecológicos, a compensação de Mata Atlântica, a apresentação dessas áreas de
763 vegetação são a base para a manutenção da fauna e da flora. Ou seja, os
764 impactos causados negativamente para a fauna são compensados com
765 preservação de áreas verdes, corredores ecológicos, compensação florestal, e
766 por isso acreditamos que são compensados. E essa fauna que eventualmente
767 sofre esse impacto negativo irreversível, as medidas compensatórias vão subir
768 essa necessidade. As compensações estão previstas na legislação, e o

769 monitoramento é importante também para verificar esses impactos. Então o
770 monitoramento vem como uma complementação à nossa proposta, as
771 compensações, porque vamos avaliar se de fato houve impactos e se há alteração
772 daquelas espécies que estão presentes naquela região. De forma resumida, é o
773 que eu poderia falar sobre as questões de fauna que foram trazidas no relato de
774 vista, somente complementando e reforçando o que já foi bem discutido pela
775 Gerdau.” Daniela Oliveira Gonçalves/SEMAD: “Inicialmente, eu só gostaria de
776 esclarecer que em todas as análises realizadas pela Suppri nós observamos
777 todas as determinações legais e também o princípio da legalidade aplicado à
778 administração pública, que nos obriga a agir de acordo com os mandamentos
779 legais. Não podemos agir além do que a lei determina. Então em especial quanto
780 à questão do Iphan apresentada no parecer de vista existe uma previsão legal, no
781 Decreto 47.383, que permite que a licença seja concedida sem efeitos e que a
782 anuência do Iphan seja condicionada. Nesse caso, não fizemos nada além do que
783 a lei permite, e isso não traz nenhum prejuízo para os bens tutelados, porque a
784 licença concedida sem efeitos significa que a empresa não pode fazer nenhuma
785 obra, nenhuma intervenção, nada antes que essa manifestação do Iphan seja
786 apresentada. Então não representa prejuízo para nenhum bem cultural
787 acautelado. Interligado a esse assunto, foi apresentado no parecer de vista
788 também uma alegação de que a comunidade de Miguel Burnier está perdendo a
789 sua identidade e que existem patrimônios culturais que estão sendo
790 desrespeitados ou desqualificados, inclusive alegando que existe uma vinculação
791 econômica entre as empresas que promovem os estudos, as consultorias, e as
792 empresas contratantes. Isso não tem fundamento, porque os órgãos
793 intervenientes sempre estão consultados, de acordo com o que a lei determina, e
794 a manifestação desses órgãos sempre é considerada pela Suppri e pela Supram
795 também para elaboração dos Pareceres Únicos. E sendo órgãos públicos eles
796 não se sujeitam, não têm vinculação econômica e nenhum tipo de vinculação com
797 as empresas empreendedoras. Então, nesse caso, além de a concessão da
798 licença estar vinculada à emissão da anuência do Iphan, a competência do Iphan
799 e Iepha, dentre as competências dos órgãos, está a proteção e promoção dos
800 bens culturais. Então havendo a anuência do Iphan nós temos certeza de que os
801 bens culturais não serão violados ou desconsiderados. Então essa alegação
802 também não tem muita razão de ser. E além disso todos os estudos apresentados
803 trazem as anotações de responsabilidade técnica. Então os profissionais
804 responsáveis por esses estudos, bem como as empresas, respondem dentro dos
805 preceitos legais por qualquer informação incorreta ou por qualquer omissão de
806 informação.” Rodrigo Ribas/SEMAD: “Eu queria complementar a resposta da
807 Daniela nos dois itens. Julio, a primeira coisa que se deve considerar é o seguinte.
808 A Lei Complementar 140, a lei federal que estabelece as competências para o
809 licenciamento, fala que os órgãos intervenientes – e o Iphan é um órgão
810 interveniente – podem se manifestar de maneira não vinculante no processo de
811 licenciamento ambiental. O que a lei diz claramente é que, se ele não se

812 manifestar no prazo do processo de licenciamento, ele não se manifesta mais, ele
813 não vincula a sua manifestação. Se fôssemos seguir a Lei Complementar 140 de
814 uma maneira bem direta, pedimos a manifestação do Iphan, e se o Iphan não se
815 manifestar emitimos a licença, vida que segue. O que o Estado de Minas Gerais
816 fez complementando essa ideia? Nós estabelecemos, tanto na Lei 21.972, a
817 manifestação não vinculante dos órgãos intervenientes e estabelecemos no
818 Decreto 47.383 que, apesar de não ser vinculante, a licença sai sem validade até
819 que eles se manifestem. No final das contas, acabamos permitindo que esses
820 órgãos intervenientes se manifestassem dentro do processo depois de o processo
821 ter passado. Isso é uma garantia de que os poderes de polícia desses órgãos
822 ficam assegurados, independente da licença ambiental. Mas já tem jurisprudência
823 de que a matéria da licença ambiental é meio ambiente, não é proteção do
824 patrimônio histórico ou cultural, porque não é afeta a essa matéria. Então cabe ao
825 Iphan. E nós garantimos no licenciamento. Quando nós emitimos a licença, nós
826 garantimos que a nossa fase está cumprida, mas que se mantém o poder de
827 polícia do Iphan ou Iepha ou da Fundação Cultural Palmares, dos órgãos
828 intervenientes em geral. Mantém-se o poder de polícia dessas unidades. Então
829 não há possibilidade, nós não podemos fazer, inclusive é ilegal, uma vinculação
830 estrita de todas as manifestações da licença ambiental, a licença ambiental não é
831 panaceia, é licença ambiental, ela não suprime poder de polícia de nenhuma outra
832 unidade, nem da prefeitura nem do Iphan nem Ibama nem de ninguém. Então é
833 preciso que façamos a distinção para não cair na esparrela de achar que todas as
834 manifestações cabem nessa licença. Não cabem, isso já tem jurisprudência, tem
835 decisão judicial nesse sentido muito claramente. Em relação a Miguel Burnier,
836 uma coisa que eu achei interessante é a manifestação dizendo 'essa empresa
837 acaba com a estrutura social de Miguel Burnier'. Eu não vou entrar nesse mérito,
838 o Kiko apresentou todas as ações que eles fazem em Miguel Burnier, não cabe à
839 Suppri ficar fazendo defesa de ação específica. Nós avaliamos o balanço entre
840 impactos negativos e positivos e entendemos muito claramente que o balanço era
841 positivo para Miguel Burnier. O que é muito interessante é o seguinte. Eu diria até
842 engraçado. É citar o turismo como uma saída viável para o desenvolvimento e
843 para a manutenção das condições sociais, antropológicas, de uma determinada
844 comunidade. Eu estudei turismo na graduação, eu fiz pesquisa em turismo na
845 graduação, fiz mestrado em turismo há 20 anos, fiz mestrado em desenvolvimento
846 turístico e posso afirmar com toda tranquilidade do mundo, uma das maiores
847 alterações das comunidades acontece pelo turismo. Um processo conhecido na
848 sociologia como aculturação, a incorporação de novas matrizes culturais se dá
849 muito mais fortemente quando o turismo entra em uma comunidade do que uma
850 atividade econômica, até bastante restrita, porque é fechada, acontece dentro dos
851 portões da empresa. Independente de qual seja a empresa, acontece dentro dos
852 portões da empresa. Essa atividade restrita é muito menos impactante sobre os
853 processos culturais da comunidade do que o turismo, em que há uma imbricação
854 clara e necessária entre o consumidor do espaço turístico e o produtor das ações

855 turísticas, que são as comunidades. É simples isso, vamos a Lavras Novas e
856 percebemos isso. Nós precisamos ter muito cuidado e responsabilidade. Eu sei
857 que você não foi responsável. Mas temos que ter muito cuidado e
858 responsabilidade ao propor uma determinada forma de desenvolvimento achando
859 que essa forma vai preservar a comunidade. E uma coisa mais importante ainda,
860 eu não vi ninguém indo à comunidade perguntar para a comunidade se eles
861 querem ou não querem mudar a sua forma de pensar o espaço, de pensar sua
862 sociedade. A gente assume que eles querem se manter como estão, que eles
863 querem ficar ali como sempre. A gente fica nesse mito de que a sociedade é
864 intocável na sua estrutura cultural sem perguntar para essa sociedade se eles
865 querem ou não querem serem alterados. E quando temos no processo, por
866 exemplo, os programas de comunicação e o próprio diagnóstico social, o
867 diagnóstico socioeconômico que é feito, essas perguntas são feitas de uma
868 maneira indireta e são avaliadas nos processos, não só da Suppri; nos processos
869 todos essas questões são avaliadas. Tem comunidades que se manifestam
870 contrário e tem comunidades que de forma alguma são contrárias a determinadas
871 alterações e mudanças. Às vezes o que é trazido para dentro da discussão é a
872 geração de emprego só. Não é essa geração de emprego, é o relacionamento da
873 sociedade local com uma determinada empresa. É preciso que tenhamos muita
874 responsabilidade com isso para não assumir que a nossa expectativa, minha, sua,
875 do fulano, do Kiko, da Dani, seja de quem for, do agente externo, a nossa
876 expectativa como agente externo não pode se impor sobre a expectativa da
877 própria comunidade, da própria população. Não somos donos da verdade em
878 lugar nenhum.” Laura Bertolino de Souza Lima/SEMAD: “A empresa já se
879 manifestou por alguns pontos tocados no relato de vista do Julio, mas eu vim aqui
880 só para reforçar o nosso entendimento, a nossa análise em relação às
881 intervenções e os impactos nas nascentes e nos cursos d’água. A intervenção
882 prevista na cabeceira do córrego Bocaina Negra se refere à implantação dos
883 drenos de fundo. Quando vamos analisar, vemos que os drenos são estruturas
884 que passam pela análise da outorga e que eles não preveem consumo de água.
885 Então de alguma forma o objetivo é manter as vazões a jusante daquela estrutura,
886 e evita-se que acumule água no maciço da pilha. Então de alguma forma garante
887 que a água que é produzida nas cabeceiras tenha continuidade do seu fluxo a
888 jusante. Em relação às estruturas que vão ser construídas para contenção de
889 sedimentos, são dois sumps, foi demonstrado pelos técnicos da empresa. Então
890 esses sumps vão conter os sedimentos que possam ser carregados pelo fluxo
891 fluvial. Em relação à captação, nós fizemos vistoria no local e verificamos que a
892 captação que está na propriedade da empresa é irregular, não tem outorga, mas
893 de qualquer forma nós convocamos o proprietário para se regularizar e para que
894 possa manter o seu acesso à água de maneira regularizada ou pelo uso
895 insignificante ou pelo processo de outorga convencional. Outra coisa que eu
896 gostaria de ressaltar, que foi informado para nós, é que lá no córrego
897 Macaquinhos a empresa Gerdau e a Copasa têm um acordo de cooperação com

898 o objetivo de estabelecer as diretrizes para o monitoramento hidrológico, de forma
899 que as duas empresas estão alinhadas no consumo de água da bacia e garantem
900 que seja desenvolvida pela Gerdau sem o prejuízo da disponibilidade hídrica em
901 qualidade e quantidade naquele manancial.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
902 “Sobre a questão da inserção de imagens com uma resolução maior, eu
903 compreendo, Rodrigo, perfeitamente, que você compacta para colocar no PDF
904 para mandar. E é justamente porque você compacta para mandar no PDF, que
905 exija menos da rede em termos de recursos, que tem sido possível para nós
906 pegarmos o Parecer Único e divulgar para as comunidades para poder receber
907 algum retorno. Acontece é que normalmente essas comunidades do interior,
908 diretamente afetadas por projetos de mineração, não têm, necessariamente, uma
909 boa comunicação de dados. Não adianta eu virar para o cara e falar ‘baixa lá o
910 EIA’, porque o EIA vai ser muito pesado. Mas o Parecer Único não é pesado. Aí
911 o que acontece? Essa imagem que foi comprimida para que se pudesse fazer a
912 compressão do Parecer Único no PDF, aquelas imagens poderiam ser enviadas
913 como anexo com um nível de resolução que permitisse ao pessoal que está lá
914 fora, às ONGs, colocando os pareceres para que possam dar uma analisada, para
915 permitir que essas pessoas possam ler o que está escrito em imagem. Vocês vão
916 ver, no próximo caso aqui, que tem uma imagem no Parecer Único que tem um
917 índice e algumas coisas assim absolutamente ilegíveis. Então o pessoal lá fica
918 embaralhado, isso não custa nada para vocês, é norma, procedimento interno.
919 ‘Tem aqui um Parecer Único, tem cinco imagens nesse Parecer Único, elas vão
920 ser compactadas dentro do parecer, e eu vou colocá-las como anexo com um
921 tamanho maior no caso de eventual necessidade para consulta.’ Pronto, está
922 resolvido. Isso ajudaria muito a atuação das ONGs. Depois eu vou fazer o
923 comentário sobre o restante dos comentários de vocês, aliás, muito bem-feitos,
924 como sempre.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Com relação
925 ao nosso parecer, a Denise já comentou, o Henrique também, que nós pedimos
926 um parecer conjunto, mas eu queria enfatizar um aspecto que é muito importante
927 em tudo que se fala. Nós conhecemos muito bem aquela região toda, e eu na
928 minha vida profissional, porque fui o responsável pela implantação de muitas
929 intervenções e do maior complexo hoje siderúrgico nessa região. Não que seja o
930 maior de Minas, porque nós temos maior produção de aço em Minas ainda em
931 Ipatinga. Mas Ouro Branco se destaca como um grande produtor, através dessa
932 fantástica empresa chamada Gerdau Açominas. E eu queria aqui relatar
933 exatamente aspectos que são importantíssimos quando se fala em integração de
934 produção entre o aproveitamento adequado do minério no seu beneficiamento e
935 na sua colocação dentro do alto-forno como elemento importante na produção do
936 aço. E aí nós temos o exemplo. Provavelmente hoje, na atualidade, a região do
937 site da Gerdau Açominas envolvendo Miguel Burnier é talvez a maior importância
938 que nós temos na integração mineração e produção de aço. E aí eu cito no nosso
939 parecer que as instalações de beneficiamento localizadas em Miguel Burnier
940 primam pela qualificação do minério, desde que o minério de Miguel Burnier

941 precisa ser enriquecido com o minério de Várzea do Lopes. Ou seja, tem uma
942 instalação de uma qualificação muito grande, que é um processo de blendagem
943 para o atendimento da demanda de matéria-prima na produção de aço no
944 complexo siderúrgico de Ouro Branco, da Gerdau. Então vale, portanto, salientar
945 a importância em se manter uma produção mineral de qualidade, onde também
946 podem ser verificadas as melhorias em que a própria Gerdau tem se esmerado
947 na constante redução de rejeitos aduzidos em barragens, buscando soluções
948 mais sustentáveis no contexto da sua produção. Esse exemplo da Gerdau soma-
949 se também – eu já tive ocasião aqui de enfatizar em outras oportunidades – às
950 soluções que estão sendo hoje dadas pela Vale, às soluções que estão sendo
951 dadas pela Usiminas, através da Mineração Usiminas em Itatiaiuçu, e aquelas
952 também dadas pela CSN em Congonhas do Campo. De modo que eu vejo esse
953 trabalho e a posição que nós estamos dando de deferimento como sendo um
954 exemplo no trato adequado de todas essas intervenções necessárias na natureza,
955 mais que certamente serão compensadas no futuro.” Presidente Yuri Rafael de
956 Oliveira Trovão: “Em votação, item 6.1, Gerdau Açominas, PA
957 06646/2015/002/2017.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,
958 ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Abstenções: Relictos e ProMutuca.
959 Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo Paganini: “As
960 manifestações registradas no parecer da ProMutuca e pelo empreendedor nos
961 levam à abstenção.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Também pela
962 abstenção. Antes, elogiar as falas e as manifestações da Gerdau. A fala do
963 Francisco foi muito completa e muito boa. Aquela pessoa que falou sobre a
964 questão das pilhas, foi ótima a explicação. Apesar de que já estava relativamente
965 bem esclarecido dentro do próprio PU sobre a pilha. Não tinha, por exemplo, ao
966 longo do talude aquela altura acumulada, o peso máximo que vai chegar ali vai
967 ser então umas 280 t/m². É uma redução significativa. E os cuidados parece que
968 estão sendo adequados. A fala da Sete também foi muito boa, apesar de que eu
969 acho que quando se tem perda de fauna aquilo não se compensa. Nós estamos
970 recebendo em troca uma área que ainda está preservada, ela fica assegurada
971 para o futuro, mas a outra eu já perdi. E se a outra tem importância, por exemplo,
972 do ponto de vista de corredor, eu perdi alguma coisa que é significativa. Mas de
973 qualquer forma sua explicação foi ótima e dentro da lei, você está completamente
974 coberto, é uma coisa legal que está sendo feita. Também na parte do jurídico, a
975 defesa clara, e essa parte do lepha que o Rodrigo explicou, que a equipe da
976 Suppri explicou muito bem. Eu compreendo perfeitamente, eu faço essa
977 reclamação justamente pelo receio de que nós comecemos a facilitar o
978 licenciamento antes de receber essas anuências, que eu acho que são
979 importantes. Mas eu compreendo que está sendo tudo da forma legal. Ao Orsini
980 também, o caso da Gerdau é um caso de verticalização muito bom, a Gerdau tem
981 algumas coisas que estão sendo elogiadas por mim mesmo. A integração é muito
982 boa, não é uma exploração mineral para exportação, é exploração mineral para a
983 própria Gerdau. Mas tudo isso que o próprio Orsini falou nós temos que também

984 tomar cuidado com algumas outras coisas, e eu ainda não estou plenamente
985 convencido de que se for feita uma análise ambiental integrada do
986 empreendimento, do impacto global do empreendimento da Gerdau, ele seja
987 sustentável. Eu não estou convencido, porque não existe esse estudo. E eu acho
988 que essa questão tinha que estar sendo analisada do ponto de vista de uma
989 análise ambiental integrada. Eu quero saber quais são os impactos de todas
990 aquelas atividades nas águas superficiais e profundas, de forma integrada. Outra
991 coisa é que a Gerdau vem fazendo uma relação muito boa, pelo que o próprio
992 Francisco colocou, com comunidades e tal. Mas aí ela chega de uma forma muito
993 esquisita e tenta entrar no Monumento Natural da Serra da Moeda. Isso deixou
994 todas as ONGs com o pé atrás, porque a coisa foi pouco clara, já saiu de cara
995 com um projeto de lei de um sujeito que não teve nenhuma consulta com a
996 sociedade. Então esse tipo de, entre aspas, ‘artimanha’ incomoda demais as
997 ONGs. As ONGs têm se sentido ao longo do tempo muito enganadas pelas
998 minerações. Então essas coisas têm que ser mais claras, essa tentativa de entrar
999 no Mona de Moeda vai ficar engasgada com as ONGs por muito tempo. Essa é a
1000 justificativa da minha abstenção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1001 “Então processo deferido por dez votos favoráveis e duas abstenções.” 7)
1002 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE**
1003 **CONDICIONANTES DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA**
1004 **DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Agroindustrial Delta de**
1005 **Minas S/A. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas**
1006 **ornamentais e de revestimento e extração de rocha para produção de britas.**
1007 **Sete Lagoas/MG. PA 00348/1998/014/2015, ANMs 930.857/2016;**
1008 **831.331/2008; 830.906/2005. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14,**
1009 **inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Central Metropolitana. Retorno**
1010 **de vista: ProMutuca, SME e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:**
1011 “Analisamos condicionante por condicionante e a sugestão pelo deferimento ou
1012 indeferimento da Supram e achamos que a análise de cada um desses
1013 condicionantes nós estamos de acordo da forma como foi feito pela Supram.
1014 Entretanto, no parecer de vista, as ONGs acrescentaram algumas coisas,
1015 inclusive aquela Resolução 237/1997, dizendo que se pode cancelar uma licença
1016 expedida quando ocorrer violação ou inadequação de qualquer condicionante,
1017 superveniência de graves riscos ambientais. Então neste caso nós requeremos
1018 que a SEMAD suspenda essa LAC e reoriente o empreendimento para uma
1019 modalidade trifásica. É o que nós requeremos. Mas de qualquer forma eu acho
1020 que a análise que foi feita pela Supram dos condicionantes nós corroboramos
1021 integralmente.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria
1022 fazer a leitura do nosso relato, que é integrado e muito simples. Simples, mais
1023 completo. ‘O presente processo foi pautado para a 65ª reunião, ordinária, da
1024 Câmara de Atividades Minerárias - CMI, realizada em 27/10/2020, quando foi
1025 solicitada vista conjunta pelos conselheiros representantes da ProMutuca, SME e
1026 Fiemg. O empreendimento é sediado em Sete Lagoas e possui uma lavra de

1027 calcário com o objetivo de atender ao suprimento dessa matéria-prima para a
1028 Cimento Nacional, considerada uma das maiores produtoras do Estado de Minas
1029 Gerais. Nesse sentido, a própria “cadeia produtiva da fabricação de cimento” deve
1030 ser analisada de uma forma integrada, visando ao seu adequado posicionamento
1031 produtivo e ambiental. Trata-se, portanto, de um processo extremamente
1032 complexo no sentido do bom entendimento e atendimento das partes. De um lado,
1033 a solicitação e apresentação do empreendedor no cumprimento das
1034 condicionantes em número de 51 (cinquenta e uma) das quais 20 (vinte) foram
1035 avaliadas, e do outro o entendimento da equipe técnica da Supram Central
1036 Metropolitana, que vem tramitando o processo de forma a ajustar suas
1037 deliberações processuais e legais, com um total de 14 (quatorze) indeferimentos,
1038 o que exige realmente uma avaliação mais acurada e um diligenciamento mais
1039 específico. Um processo como este deverá levar em conta todo um conjunto de
1040 referências dos estudos muito especiais executados e um aprofundado
1041 levantamento de dados atualizados, com vistorias locais específicas. Visando
1042 também uma atuação mais objetiva, justificamos até que conselheiros
1043 interessados nesta reavaliação possam inclusive participar desses
1044 entendimentos. Conclusão: diante de todo o exposto, somos favoráveis à baixa
1045 em diligência do processo, configurando uma possibilidade que tanto a empresa
1046 Agroindustrial Delta de Minas S/A., como a Cimento Nacional possam, de forma
1047 objetiva e estruturada, demonstrar os reais atendimentos às referidas
1048 condicionantes.’ Esse é o nosso parecer, presidente, está assinado por mim, pela
1049 Sociedade Mineira de Engenheiros, e por Thiago Rodrigues Cavalcanti, que no
1050 momento é substituído pelo Dr. Henrique, representante da Federação das
1051 Indústrias de Minas Gerais.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em
1052 relação ao procedimento de baixa em licença, como em todos os processos os
1053 senhores já estão cansados de ouvir da minha parte, eu sempre questiono a
1054 equipe que fez aquela análise em relação à pertinência ou não da baixa em
1055 diligência, para retirado de ponto de pauta. O meu procedimento é sempre esse,
1056 para subsidiar a Presidência sobre a pertinência ou não. Eu vou até pedir à equipe
1057 da Supram Central para falar sobre a pertinência da baixa em diligência. Havendo
1058 a concordância da equipe, nós baixamos o processo em diligência, se houver
1059 possibilidade de informações novas.” Conselheiro Henrique Damásio Soares:
1060 “Nós realizamos essa análise conjunta com a SME, através do Orsini, e realmente
1061 eu quero endossar essa solicitação em virtude da complexidade do atendimento
1062 dessas condicionantes. Quero citar, por exemplo, a questão do monitoramento da
1063 qualidade do ar, que existe uma instrução de serviço da FEAM, da SEMAD, sobre
1064 os tipos de monitoramento, como devem ser feitos, e a empresa apresentou esses
1065 monitoramentos, e a Supram, de uma certa forma, não acatou. E no sentido de o
1066 tema ser complexo, que realmente envolve uma análise bem detalhada. Eu
1067 gostaria que esse processo fosse realmente baixado em diligência, até mesmo
1068 para que possamos participar dessas discussões. Só para agregar aqui na nossa
1069 discussão, a própria SEMAD está tendendo a mudar o posicionamento dela em

1070 relação a essas questões de monitoramento da qualidade do ar, obrigatoriedade
1071 de instalação de estações de monitoramento do material particulado. E a Fiemg
1072 tem trabalhado também na proposta de uma solução para esse monitoramento
1073 da qualidade do ar de uma forma mais efetiva no Estado de Minas Gerais. Então
1074 esse é um exemplo, e podemos citar o exemplo também da questão do impacto
1075 das cavidades, que é um tema muito específico, que envolve um conhecimento
1076 muito profundo, que realmente neste Conselho eu não tenho esse conhecimento.
1077 Eu gostaria de uma nova análise desse processo. Essa é a minha colocação.”
1078 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou pedir a manifestação da Karla,
1079 que é a diretora técnica da Supram Central. Karla, eu quero que você me fale
1080 brevemente sobre a pertinência, se é pertinente ou se não é a baixa em diligência,
1081 para darmos seguimento.” Karla Brandão Franco/Supram Central Metropolitana:
1082 “Só dividir em dois grupos a questão da análise das condicionantes. Em alguns
1083 casos, não temos como discutir muito o mérito, porque as solicitações foram
1084 indeferidas por uma questão de intempestividade da solicitação da alteração do
1085 prazo ou do próprio conteúdo. Isso já está previsto na própria DN 217, e no caso
1086 dessas condicionantes não temos como discutir o mérito por causa do prazo em
1087 que foi requerida a alteração. No caso das demais, nós não nos opomos, não tem
1088 nenhum tipo de oposição da Supram em discutir com os conselheiros e aceitar
1089 esse apoio técnico para poder fazer a revisão dessa análise que a Supram
1090 apresentou. Eu acredito que conta com um fato novo, considerando que eles
1091 estão se disponibilizando, inclusive, a ir a campo para poder verificar alguns fatos
1092 que possamos não ter considerado. E nesse caso não nos opomos à baixa em
1093 diligência para construir esse novo parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1094 Trovão: “Então considerando os pareceres de vista e considerando a
1095 manifestação da Supram em relação à pertinência da baixa em diligência, eu vou
1096 baixar o processo em diligência e já solicito ao Dr. Orsini e àqueles outros
1097 conselheiros que queiram fazer parte dessa vistoria conjunta que entrem em
1098 contato com a Supram para estar agendando, entre em contato com a Karla na
1099 Supram Central para estar agendando essa vistoria, para fazer essa análise em
1100 conjunto. Então eu vou baixar em diligência, e posteriormente nós vemos o
1101 retorno dessa baixa por meio de algum parecer, de alguma manifestação. Então
1102 eu baixo o item 7.1 em diligência, da Agroindustrial Delta de Minas S/A. Não vou
1103 escutar aquelas pessoas inscritas, porque estou tirando o processo da pauta, e
1104 ele entra em discussão em uma reunião subsequente. A baixa em diligência ou a
1105 retirada de pontos de pauta, diferente do retorno de vista, não é obrigatório vir à
1106 reunião subsequente, mas na próxima reunião, se houver tempo hábil, nós
1107 trazemos de volta. Então processo baixado em diligência, o 7.1.” **8) PROCESSO**
1108 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.**
1109 **8.1) Petra MG Indústria e Comércio de Agregados Ltda. Extração de rocha**
1110 **para produção de britas com ou sem tratamento; britamento de pedras para**
1111 **construção; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**
1112 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**

1113 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Matias Barbosa e Juiz de**
1114 **Fora/MG. PA 00387/1998/007/2016. ANMs: 831.421/2003; 832.106/2000;**
1115 **833.266/2005; 830.715/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14,**
1116 **inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Zona da Mata. Retorno de vista:**
1117 **ProMutuca, Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu vou**
1118 **fazer um resumo. ‘Considerando a legislação vigente e o parágrafo único do Art.**
1119 **1º da DN 217/2017, que estabelece que ‘o licenciamento ambiental deve**
1120 **assegurar a participação pública, a transparência e o controle social, bem como**
1121 **a preponderância do interesse público, a celeridade e a economia processual, a**
1122 **prevenção do dano ambiental e a análise integrada dos impactos ambientais,**
1123 **entendemos que este processo de licenciamento tem graves questões, inclusive**
1124 **na reorientação. Considerando o direito/dever da coletividade de defender e**
1125 **preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225) e**
1126 **diante dos fatos e razões apresentados agora e no nosso parecer de vista, nós**
1127 **requeremos a retirada da pauta, sob risco de grave violação a direitos**
1128 **fundamentais e à legalidade administrativa, processual e ambiental.” Presidente**
1129 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “De forma idêntica ao processo que nós acabamos**
1130 **de ver, eu vou solicitar – após a manifestação dos conselheiros que pediram vista**
1131 **– a manifestação da equipe da Zona da Mata sobre a pertinência ou não da**
1132 **retirada ou baixa em diligência do processo.” Conselheira Denise Bernardes**
1133 **Couto: “No que se refere a esse processo, o nosso parecer foi enviado dentro do**
1134 **prazo regimental, os aspectos foram devidamente avaliados, e nós somos pelo**
1135 **deferimento do processo nos termos do parecer da Supram Zona da Mata. Eu**
1136 **gostaria apenas de fazer uma pequena retificação no parecer que eu enviei,**
1137 **quando falamos sobre a questão do uso da água, que a utilização no caso de**
1138 **consumo humano é proveniente da concessionária local, que seria a Cesama. Na**
1139 **verdade, não é a Cesama, é a Copasa. Apenas fazer essa retificação e deixar**
1140 **registrada. No mais, tudo tranquilo. Como eu disse, somos pelo deferimento. O**
1141 **parecer é conjunto Sindiextra e Fiemg.” Conselheiro Henrique Damásio Soares:**
1142 **“Só endossar e parabenizar a equipe da Supram Zona da Mata. O parecer ficou**
1143 **bem claro e objetivo, e a Fiemg entende que está apto para votação.” Presidente**
1144 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu queria a manifestação do pessoal da Zona da**
1145 **Mata. Eu queria que se manifestasse, inicialmente, sobre a pertinência da baixa**
1146 **em diligência ou retirada do ponto de pauta que foi solicitada pelo conselheiro.”**
1147 **Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Os dois pareceres são**
1148 **complementares, mas um dado que foi mencionado pelo parecer do Sr. Julio Grillo**
1149 **demandava uma análise mais detida da nossa equipe, sobre a questão da**
1150 **disponibilização do EIA/Rima. Então nós concordamos, sim, perfeitamente, com**
1151 **a baixa em diligência para que esse dado possa ser adequado ou esclarecido.**
1152 **Em sendo tomadas as medidas cabíveis, cabe também o acolhimento das**
1153 **sugestões apresentadas pelo Julio Grillo para que não parem dúvida alguma**
1154 **sobre a legalidade do empreendimento e do procedimento como um todo.**
1155 **Basicamente, concordamos com a baixa em diligência.” Presidente Yuri Rafael de**

1156 Oliveira Trovão: “Considerando o parecer de vista do conselheiro Julio,
1157 considerando a manifestação do diretor jurídico da Zona da Mata, eu estou
1158 baixando em diligência o processo 8.1, da Petra MG Indústria e Comércio de
1159 Agregados Ltda. Da mesma forma que no outro, os inscritos irão se manifestar
1160 quando o processo retornar a nossa pauta.” **9) PROCESSOS**
1161 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE**
1162 **OPERAÇÃO. 9.1) Mineração Leal e Rosa Ltda. Lavra a céu aberto ou**
1163 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento, pilhas de**
1164 **rejeito/estéril e obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**
1165 **oficinas). Arcos/MG. PA 00393/1999/004/2015, ANM: 831.830/1998. Classe 5.**
1166 **Apresentação: Supram Alto São Francisco. Retorno de vista: ProMutuca.**
1167 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A empresa tem um histórico de não cumprir
1168 compromissos assumidos com a SEMAD: ‘... somente houve o cumprimento
1169 pleno (no prazo e nos moldes determinados pelo órgão ambiental) de 4
1170 condicionantes das 13 estabelecidas na LOC nº 042/2011...’; ‘...
1171 Consequentemente, o cenário apresentado, contextualizado ao descumprimento
1172 de boa parte das condicionantes da LOC nº 042/2011, demonstra verdadeira
1173 nódoa no desempenho ambiental do empreendimento, sendo o mesmo
1174 considerado insatisfatório pela equipe de regularização da Supram ASF...’; ‘... sob
1175 a ótica do princípio da legalidade em que pautam os atos da administração
1176 pública, sugere o indeferimento do pedido de renovação da Licença de Operação
1177 - RevLO e dos processos de outorga acessórios ao principal...’. Diante do
1178 exposto, acompanhamos a sugestão do Parecer Único pelo indeferimento.”
1179 Votação do processo. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,
1180 ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri
1181 Rafael de Oliveira Trovão: “Processo indeferido por 12 votos favoráveis.” **9.2)**
1182 **Alvorada Mineração Comércio e Exportação Ltda. Lavra a céu aberto (rochas**
1183 **ornamentais e de revestimento); pilha de rejeito/estéril de rochas**
1184 **ornamentais e de revestimento. Carai/MG. PA 13612/2007/004/2014, ANM**
1185 **831.521/2006. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
1186 **alínea b). Apresentação: Supram Leste Mineiro. Retorno de vista:**
1187 **ProMutuca.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “As imagens colocadas no
1188 Parecer Único (por exemplo, figura 1, na página 3/25) não apresentam a
1189 legibilidade mínima necessária. Necessitamos que a SEMAD crie procedimentos
1190 para a incorporação de imagens aos relatórios com uma resolução mínima –
1191 sugiro 250 DPI. Vou esclarecer um pouco mais essa sugestão. Que fique para
1192 todas as Superintendências. No momento em que vocês forem compactar o
1193 arquivo do parecer para transformar no PDF, vocês pegam essas imagens e
1194 colocam como anexo sem esse nível de compactação, de maneira que nós
1195 possamos receber a imagem com ao menos 150 DPI. Mas eu sugiro 250 DPI.
1196 Então esse é um ponto só de observação para a SEMAD e Suprams. Em seguida:
1197 quais são as dimensões e formato da pilha de rejeitos? Se vamos revalidar a
1198 Licença de Operação, necessitamos conhecer essas dimensões, seu

1199 planejamento e como se pretende operá-la. Eu gostaria de receber essas
1200 respostas para auxiliar no meu voto. Por exemplo, a explicação que a Gerdau deu
1201 sobre a pilha me deixou completamente confortável a respeito da pilha, mas neste
1202 caso aqui eu não estou sentindo conforto nenhum. Outro caso: na página 5/25,
1203 temos o item 'diagnóstico ambiental'. 'De acordo com a Infraestrutura de Dados
1204 Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
1205 (IDE/Sisema), pôde-se observar que não intervém em rios de preservação
1206 permanente, corredores ecológicos legalmente instituídos pelo IEF e sítios
1207 Ramsar.' Eu discordo da abordagem dada pela SEMAD, Suprams e Suppri para
1208 a proteção dos corredores ecológicos. Os corredores ecológicos existem na
1209 natureza desde sempre, independentemente do seu reconhecimento, e deveria
1210 ser obrigação da SEMAD, na função de proteger o meio ambiente, identificar,
1211 proteger e buscar a legalização dos corredores ecológicos. Esse negócio de ficar
1212 citando 'corredor ecológico legalmente instituído', que 'não intervém em corredor
1213 ecológico legalmente instituído', isso é uma coisa que a SEMAD deveria evitar de
1214 dizer. Porque com isso ela está dizendo o seguinte: 'Olha, já que eles não estão
1215 instituídos, nós podemos permitir qualquer coisa neles, pode permitir, por
1216 exemplo, acabar com eles.' E não pode ser assim, a SEMAD tem obrigação de
1217 proteger o meio ambiente, identificar, proteger e buscar a legalização dos
1218 corredores ecológicos. Essa 'aparente', entre aspas, subordinação da SEMAD
1219 aos conceitos que a Fiemg tem sobre esse assunto irá permitir que as
1220 mineradoras e os empreendimentos imobiliários acabem com os poucos
1221 corredores ecológicos ainda existentes na nossa região. Então complementando
1222 estávamos aguardando esta reunião para receber respostas sobre as dimensões
1223 e formato da pilha de rejeito e sobre os cuidados tomados no projeto da pilha e
1224 na sua operação, para que possamos formular o voto." Conselheiro Henrique
1225 Damásio Soares: "Nós já tivemos discussão de corredor ecológico na APA Sul,
1226 mas é bom ampliar aqui para os demais conselheiros e até mesmo para quem
1227 está assistindo pelo YouTube esta reunião. A Fiemg nunca foi contrária à questão
1228 dos corredores ecológicos no Estado de Minas Gerais, o que nós somos
1229 contrários é que corredores ecológicos sejam considerados à margem da lei.
1230 Existe a legislação da Lei do Snuc, que prevê uma série de requisitos, dentre eles,
1231 estudos técnicos de delimitação, audiência pública, e a Fiemg nunca é contrária
1232 a essa questão. Só para ficar claro, a Fiemg é favorável, desde que seja criado
1233 através dos dispositivos legais e não simplesmente da forma que observamos
1234 alguns representantes da sociedade civil que querem criar corredores ecológicos
1235 sem cumprir requisitos da legalidade. Essa é a manifestação da Fiemg sobre esse
1236 ponto exclusivo do parecer de vista da fundação ProMutuca." Vinícius Valadares
1237 Moura/Supram Leste Mineiro: "Adentrando ao mérito do seu parecer, Julio, com
1238 relação à questão das fotografias, as imagens, já foi debatido, e oportunamente
1239 eu vou compartilhar na tela aqui as imagens do local do empreendimento que não
1240 ficaram claras no parecer. Vocês conseguem visualizar as imagens? Aqui é o
1241 depósito de resíduos, que são acondicionados em baias, separadamente, em

1242 virtude da sua categorização, para serem recolhidos oportunamente por empresa
1243 licenciada para isso. O tanque de armazenamento de combustível possui todas
1244 as especificações necessárias, piso pavimentado, mureta de contenção, tudo em
1245 concreto. Aqui uma visão mais ampla do empreendimento, onde tem o ponto de
1246 abastecimento, o local onde se guardam as máquinas. É um panorama visual do
1247 empreendimento como um todo, de uma das frentes de lavra. Aqui a frente de
1248 lavra que está em operação. Uma curiosidade da extração de granito, de rocha
1249 ornamental, é que em determinadas situações o afloramento está encoberto por
1250 uma camada de solo que necessita ser retirada. E curiosamente parte desse solo,
1251 vocês podem observar que está depositada na frente de lavra, é utilizada como
1252 colchão para amortecer a retirada das pranchas, que depois vão ser desdobradas.
1253 Aqui um conjunto de geradores e áreas de apoio da empresa, vista da frente de
1254 lavra, maquinário, áreas de apoio áreas. Já aproveitar, conselheiro Julio,
1255 adentrando na questão da pilha, eu tenho aqui projetado o polígono azul que
1256 delimita a propriedade na qual está inserido o empreendimento, a área delimitada
1257 de reserva legal, que atende ao percentual exigido na legislação vigente; parte da
1258 área da reserva legal se encontra em regeneração. Eu desligar a questão dos
1259 polígonos para podermos discutir com mais calma e vou também lançar mão aqui
1260 da ferramenta do relógio para podermos fazer uma avaliação rápida aqui das
1261 imagens de satélite disponíveis do empreendimento. O empreendimento é bem
1262 encaixado, bem compacto o arranjo dele. Podemos perceber aqui as frentes de
1263 lavra com disposição dos blocos já extraídos, aguardando expedição. E em
1264 virtude da situação topográfica a engenharia do empreendimento previu a
1265 alocação da pilha de rejeito e estéril na saia da elevação onde está localizado o
1266 empreendimento. Então nós podemos observar essa imagem de 11 de janeiro de
1267 2020, a imagem mais atual que nós temos, onde é realizada a deposição do rejeito
1268 e do estéril de forma compartilhada nessa saia. Existe aqui um sump, uma caixa
1269 seca bem grande, com dimensões grandes, calculada para poder amortecer
1270 eventual carreamento de sólidos em suspensão e permitir a decantação sem o
1271 carreamento desses sólidos para as coleções hídricas. Aqui também na parte
1272 interna é possível observar a imagem de janeiro, ou seja, no período das águas.
1273 Essa mancha é acumulação de água pluvial. O empreendedor conformou essas
1274 estradas de acesso de forma a direcionar esse fluxo hídrico interno para o
1275 empreendimento, de forma a evitar esse carreamento. Avançando no seu
1276 questionamento propriamente dito, conselheiro, nós temos aqui a ADA do
1277 empreendimento e a pilha prevista de 3,81 ha. Ela se fraciona em três partes.
1278 Essa primeira com uma medida de 2,6 ha, essa outra com medida de 0,61 ha, e
1279 essa terceira com mensuração também de 0,61 ha. É importante destacar o
1280 seguinte. À medida que a lavra for avançando essa pilha é conformada, e
1281 diferente das outras pilhas de outros tipos de mineração na extração de rocha
1282 ornamental gera-se muito rejeito, que são esses blocos que não atingem
1283 qualidade técnica necessária para expedição, não atendeu a especificação de
1284 mercado e acaba se transformando em rejeito. Oportunamente, dividir com o

1285 senhor e os demais conselheiros que nós aqui na Supram Leste temos trabalhado
1286 com alguns empreendimentos em que está sendo proposto para o empreendedor
1287 fazer uma análise econômico-financeiro da transformação desse rejeito em brita,
1288 de forma a se utilizar todo o material extraído e otimizar o uso da jazida. Então em
1289 algumas situações o material é um gnaisse, acaba atendendo as especificações
1290 técnicas do mercado da construção civil. Então já está sendo discutido para que
1291 esse material que está sendo colocado aqui tenha um fim mais nobre do que
1292 simplesmente uma deposição numa pilha. No tocante à questão dos corredores
1293 ecológicos, nós nos abstermos de manifestar nesse sentido, haja vista as
1294 previsões legais existentes. Nossos atos são adstritos à norma, então essa é uma
1295 discussão que no momento foge um pouco da nossa competência. No mais, eu
1296 me mantenho aqui para poder esclarecer qualquer dúvida que for necessária.”
1297 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Pelas imagens já deu para ver que a
1298 questão da pilha não é uma pilha monstruosa, o que era o meu receio. Eu preciso
1299 saber o seguinte: qual é a altura máxima dessa pilha, quais são os cuidados que
1300 estão sendo tomados ao se erguer a pilha? Se é uma pilha mais baixa, não tem
1301 nenhum problema. Mas se é uma pilha com 80 ou 100 m de altura tem que ter
1302 cuidados especiais. Então é essa pergunta sobre a altura máxima da pilha. Sobre
1303 o que você mostrou, as imagens são claríssimas, é isso que eu acho que temos
1304 que ter no Parecer Único. E aí entra uma solicitação que eu já fiz antes e que eu
1305 gostaria de fazer, Vinícius. Você está trabalhando com os layers, esses layers
1306 você já deve estar fazendo voltados para que você possa enxergá-los no Google.
1307 Eu acho que esses layers deveriam ser enviados para nós junto com o Parecer
1308 Único. Você não imagina o tanto que isso facilita a visualização. Eu talvez não
1309 tivesse questionado a pilha se tivesse tido acesso aos layers e pudesse
1310 movimentar tudo da forma que eu acho que seria mais adequada. A sua
1311 explicação realmente foi muito boa, muito abrangente, muito clara, retirou as
1312 minhas dúvidas, à exceção dessa questão da altura, que eu gostaria de receber.”
1313 Vinícius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: Primeiro, com relação aos
1314 layers, o empreendedor, quando formaliza o processo de licenciamento, é uma
1315 condição do ingresso dele a apresentação dos mapas de uso e ocupação do solo
1316 da ADA e das demais estruturas. Nós solicitamos que sejam apresentados, em
1317 todo o processo com que nós trabalhamos existem esses layers em formato shp,
1318 em formato kml. Eu só peço à Presidência da Câmara para que possa dar as
1319 diretrizes de como nós vamos encaminhar isso para vocês, em qual momento, em
1320 qual formato. Nós estamos aqui à disposição para encaminhar a informação para
1321 vocês, só precisamos operacionalizar como isso vai ser feito. Respondendo a sua
1322 pergunta, conselheiro, eu vou voltar ao compartilhamento da imagem para poder
1323 mostrar para você essa questão da altura da pilha e responder essa pergunta. O
1324 Google, eu particularmente sou muito fã do software, que tem uma série de
1325 funcionalidades que nos permitem visualizar questões bem interessantes. Eu vou
1326 traçar uma linha, traçar o perfil de elevação, e vai nos permitir ver onde temos a
1327 cota de altitude do ponto mais baixo da pilha, que vai ser aproximadamente 650

1328 m. Na cota mais alta, nós estamos falando de 687 m. Então com a margem de
1329 segurança, considerando os erros de ortorretificação da imagem, nós estamos
1330 falando de aproximadamente 40 m de altura dessa pilha depois de conformada.
1331 Então respondendo à pergunta do senhor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1332 Trovão: “Em relação à demanda que o Vinícius está colocando, não cabe a mim
1333 fazer essas diretrizes e, sim, à Suram. Eu solicito, Vinícius, que entre em contato
1334 e vou pedir também a assessoria. Vou passar essa demanda à assessoria, e ela
1335 entra em contato com o Anderson, da Suram, para que ele passe as diretrizes
1336 para fazer o alinhamento junto com a Carol, a nossa secretária executiva, e passe
1337 as determinações, as especificações para todas as Superintendências. Eu vou
1338 colocar o item 9.2, Alvorada Mineração Comércio e Exportação Ltda., em
1339 votação.” Votação do processo. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,
1340 Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.
1341 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então por 12 votos favoráveis
1342 processo deferido.” **9.3) Nacional de Grafite Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais**
1343 **não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; pilhas de**
1344 **rejeito/estéril; aterro para resíduos não perigosos classe II-A e II-B, exceto**
1345 **resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil; unidade de**
1346 **tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; barragem de**
1347 **retenção de resíduos ou rejeitos da mineração; disposição de estéril ou de**
1348 **rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR**
1349 **10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem**
1350 **necessidade de construção de barramento para retenção. Salto da**
1351 **Divisa/MG. PA 00147/1994/022/2018, ANMs 830.371/1991 e 830.357/1991.**
1352 **Classe 5. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Retorno de vista:**
1353 **ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
1354 “Antes de começar a falar sobre o meu parecer, eu queria novamente ressaltar a
1355 importância que eu dou para a verticalização na indústria do grafeno no Estado
1356 de Minas Gerais. Acho isso extremamente importante, acho que essa
1357 verticalização pode gerar ganhos para a economia pública, para a sociedade, para
1358 o meio ambiente. E isso aí vai também mudar a base do ensino técnico e superior
1359 fazendo um foco maior em cima das áreas de aplicação do grafeno. Em todas as
1360 áreas, para todos os lados tem aplicação do grafeno. Eu acho que nós tínhamos
1361 que concentrar nossa atenção nisso, e isso pode permitir que Minas salte daquele
1362 estágio em que se encontra de exploração e exportação de commodities já para
1363 uma indústria 4.0. Então eu sou extremamente favorável à verticalização na
1364 indústria do grafeno. Agora entrando no parecer. ‘Qual é a distância do
1365 empreendimento para o PE Alto Cariri e para a sua Zona de Amortecimento? Eu
1366 não consegui obter esses números e não consegui no Google acertar essa
1367 distância do empreendimento. Qual é a altura atual e qual será a altura máxima
1368 prevista para a barragem de retenção de rejeitos da mineração do
1369 empreendimento? Quais são as características técnicas dessa barragem?
1370 Quantos metros cúbicos de rejeito a barragem tem hoje e quantos metros cúbicos

1371 acumulará ao final do projeto? 4,8 milhões m³ é o que a barragem tem hoje ou é
1372 a sua capacidade máxima? Isso para mim não ficou muito claro. Se deferirmos
1373 essa licença, qual é o risco que estamos aceitando em relação a um possível
1374 rompimento de barragem? 'Página 6/32: '.... No processo é utilizada caldeira a
1375 lenha com capacidade nominal de 2.000 Kcal/h, sendo necessário no máximo
1376 1,15m³/h de lenha e em média um metro cúbico por hora, sendo que a lenha
1377 necessária era obtida no próprio empreendimento. O empreendedor possuía
1378 plantio de eucalipto para alimentação da caldeira, no entanto, devido a
1379 características regionais, a maioria do plantio morreu, não sendo mais viável a
1380 produção de madeira, devido a isso está realizada a compra de lenha...'. A
1381 SEMAD deveria sugerir para esse tipo de empreendimento a geração de energia
1382 fotovoltaica em substituição à lenha que atualmente é comprada. Comprar lenha
1383 sempre representa riscos de desmatamento, corrupção, como já vivemos em
1384 épocas passadas. Então eu sugiro uma condicionante para essa troca de matriz
1385 energética. É uma região favorável para se fazer geração de energia fotovoltaica.
1386 Naturalmente, tem que se dar um prazo razoável para a elaboração e implantação
1387 do projeto de captação de energia fotovoltaica. Mas eu sugiro também aos
1388 empresários se adiantarem na elaboração do estudo da troca da matriz
1389 energética. Se nós vamos querer ter uma indústria de grafeno 4.0, tem que ir com
1390 ela até lá atrás e não podemos daqui a pouco descobrir que a lenha que estava
1391 sendo usada no empreendimento era lenha de desmatamento irregular ou
1392 qualquer outra coisa. Vamos mudar um pouco essa concepção? Eu acho que
1393 essa é a hora e o momento. Qual é a sua capacidade mais para mim não ficou
1394 muito claro. No relatório de vista, as ONGs se manifestaram de forma contrária
1395 ao deferimento. 'Consideramos ilegal que uma Unidade de tratamento de Minerais
1396 - UTM, com tratamento a úmido (Código A-05-02-0), uma barragem de contenção
1397 de resíduos ou rejeitos de mineração (Código A5-03-7) e pilhas de rejeito e estéril
1398 (Código A-05-04-5) – atividades todas Classe 5 – sejam licenciadas para
1399 continuar operando por mais 10 (dez) anos sem terem sido objeto de um EIA/Rima
1400 e, conseqüentemente, sem dar-se a devida publicidade e sem garantir a
1401 realização de audiências públicas. Ainda mais num complexo minerário que já foi
1402 objeto de uma Licença de Operação Corretiva (LOC), o que significa que
1403 ocorreram situações sem o devido controle ambiental ou atividades realizadas
1404 sem licença. E sobre essas questões o Parecer Único nada informou.' Diante dos
1405 fatos e razões acima apontadas e do relatado no relatório de vista, nós
1406 requeremos que a renovação da Licença de Operação seja indeferida e que o
1407 empreendedor seja orientado a formalizar novo processo de licenciamento com a
1408 totalidade de suas atividades nos próximos 10 (dez) anos, com apresentação de
1409 EIA/Rima e observação de todos os ritos administrativos, técnicos e legais.
1410 Requeremos também que todas as barragens do empreendimento sejam
1411 novamente licenciadas." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
1412 "Primeiramente, eu concordo com o nosso querido Julio Grillo a respeito da
1413 questão da verticalização. Eu achava que nesse processo você relevaria alguns

1414 aspectos que você levantou e defenderia pelo deferimento também. Mas você tem
1415 as suas razões, nós do lado de cá temos as nossas razões e vemos que se trata
1416 de um processo que já vem há alguns anos sendo trabalhado pela empresa e aqui
1417 daremos realmente na nossa colocação um voto de confiança à empresa. Por
1418 dois motivos. Primeiro, pela condução da mineração em uma região muito restrita
1419 de empregos. Nós temos que buscar hoje emprego, nós temos que acabar com
1420 a miséria do Jequitinhonha, nós temos que voltar a fazer do Jequitinhonha uma
1421 função grande de produção e de outras atividades que possam acabar com
1422 aquele sofrimento daquele pessoal que está lá. Eu conheço bem Jequitinhonha,
1423 trabalhei muito lá, então eu sou testemunha disso. O nosso parecer é conjunto
1424 com o Sindiextra e a Fiemg e eu vou fazer um pequeno resumo dele. 'É importante
1425 citar, como atividades principais a serem licenciadas, tem-se a unidade de
1426 tratamento de minerais (UTM) com tratamento a úmido com capacidade de
1427 360.000 t/ano, barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração
1428 Classe III e a pilha de rejeito de estéril com área útil de 16 ha.' Não é uma área
1429 tão grande, nós conhecemos como é a produção de grafita. Os volumes são
1430 perfeitamente compatíveis com o tipo de intervenções que são feitas tanto em
1431 barragens como em pilhas de estéril. Não é coisa de criar grandes problemas.
1432 Mas de qualquer forma eu respeito também a opinião do Julio. 'Vale também
1433 assinalar que o empreendimento se encontra instalado com a atividade de lavra
1434 a céu aberto para extração e beneficiamento de grafita desde 12/4/1996.' Então
1435 nós estamos com mais de 24 anos de operação. 'Verificamos também durante
1436 nossas análises que a maioria das condicionantes têm sido cumpridas, entretanto,
1437 com algumas ressalvas perfeitamente justificáveis por se tratar de atendimentos
1438 a relatórios de longo prazo (semestrais), perfeitamente corrigíveis.' Quando você
1439 tem um nível de periodicidade de mês em mês, aí, sim, você tem que ter um
1440 cuidado especial. Mas os relatórios semestrais, por qualquer dia de dificuldade,
1441 inclusive agora com essa questão da pandemia, muita coisa pode ter sido
1442 ressalvada. Então isso foi atendido. 'Urge salientar que, de acordo com o Parecer
1443 Único, o empreendimento apresentou desempenho ambiental satisfatório durante
1444 a vigência da licença.' A nossa conclusão, portanto, é pelo deferimento da
1445 renovação da Licença de Operação para o empreendimento da empresa Nacional
1446 de Grafite Ltda., localizado no município de Salto da Divisa, pelo prazo de dez
1447 anos. Eu recomendaria também, da mesma forma que o nosso querido Julio Grillo
1448 acabou de falar, uma reavaliação completa ambiental. Eu conheço bem as
1449 reservas daquela região, como também conheço as reservas de grafita na região
1450 de Almenara, também no Vale do Jequitinhonha. São reservas que podem
1451 potencializar uma grande operação de grafita e o próprio desenvolvimento da
1452 cadeia produtiva de grafeno em Minas Gerais. Aí eu vejo o esforço – o Paulinho
1453 acabou de dizer – da Codemig, da Codemge hoje, nesse tipo de importante
1454 tecnologia para Minas Gerais. Minas Gerais tem que liderar essa tecnologia no
1455 Brasil. Nós temos outras empresas também vocacionadas para esse mesmo
1456 objetivo. Eu cito, por exemplo, que a própria RHI Magnesita já teve projetos de

1457 estudos de grafite na região de Almenara com sucesso e tal. Mas de qualquer
1458 forma é importante salientar isso. Eu me junto a você, Grillo, nas observações
1459 relacionadas à importância do crescimento e da verticalização desse produto em
1460 Minas Gerais. Então, presidente, eu coloco o nosso deferimento para renovação
1461 da Licença de Operação.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só reiterar o
1462 parecer conjunto e pelo deferimento, nos termos do parecer.” Conselheiro
1463 Henrique Damásio Soares: “Eu também reitero, favorável à concessão da
1464 licença.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro Silva: “É mais um
1465 detalhamento em termos técnicos. Na página, coincidentemente, é uma questão
1466 técnica, mas eu acho importante mencionar, porque não sei se foi só um erro
1467 mesmo de digitação. No último parágrafo, está escrito: ‘Nesse processo é utilizado
1468 solvente mineral, cal, óleo vegetal e solvente mineral.’ Ou seja, tem um erro aí de
1469 digitação, eu imagino. Mas o que eu queria colocar que eu acho importante é
1470 muito em função da preocupação que temos em relação à questão da geração de
1471 rejeitos. No caso específico da grafita, a grafita é um mineral naturalmente flotado.
1472 Então eu não entendi essa coisa do solvente, eu não sei estava querendo ser dito
1473 era o coletor, que normalmente pode ser usado. Eu acho que essa informação
1474 seria importante mais em termos de qualidade depois no efluente gerado, uma
1475 vez que vai ser lançado na barragem. Imagino que tenha sido isso. Eu gostaria
1476 que isso fosse esclarecido pela equipe da Supram Jequitinhonha. E enfatizando
1477 a questão da utilização eu estou totalmente de acordo, inclusive com a
1478 observação que o Julio fez, que eu acho pertinente também mencionar, da própria
1479 questão da matriz energética. Eu acho que em função da relevância da grafita nós
1480 concordamos plenamente que o grafeno é um material que já poderíamos ter no
1481 presente e não só pensando em termos de futuro. Vamos aguardar ansiosos o
1482 desenvolvimento, mas acho que é fundamental no caso melhorar, aprimorar esse
1483 processo de tal forma que possamos em breve estar obtendo o grafeno em melhor
1484 qualidade possível.” Bruno Malta/Nacional de Grafite Ltda.: “Primeiramente, a
1485 minha fala é só no sentido de alertar. Eu passei no chat essa informação da
1486 necessidade de uma discussão de questão de ordem regimental. O parecer do
1487 conselheiro Julio Grillo não foi disponibilizado no prazo previsto pelo Regimento
1488 Interno. Então eu havia feito no chat esse alerta para que pudéssemos fazer essa
1489 discussão, obviamente, antes da leitura do parecer. Agora é ineficaz, mas de toda
1490 forma peço que fique registrado em ata. De qualquer forma, a equipe está à
1491 disposição e vai fazer os esclarecimentos dos pontos que foram levantados, e se
1492 houver necessidade eu volto aqui para outras considerações.” Presidente Yuri
1493 Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à manifestação do parecer, o parecer foi
1494 tempestivo, o Julio encaminhou o parecer para a Secretaria em 23/11/2020, às
1495 15h49. Então o parecer foi entregue tempestivo. O que houve foi um erro nosso,
1496 por parte da nossa secretaria, da disponibilidade dele. Todavia, a previsão no
1497 parágrafo 4º do artigo 34 é a seguinte: o parecer de vista entregue
1498 intempestivamente não servirá de subsídio para as deliberações do Conselho,
1499 ficando resguardado o direito de manifestação prevista no artigo 31, desde que

1500 não implique em apresentação de fato novo. Eu já expliquei isso aqui várias
1501 vezes. Não é o caso, porque o parecer foi tempestivo. Mas vamos supor que fosse
1502 intempestivo. Já reafirmo que não é o caso. Se fosse intempestivo, é assegurado
1503 ao conselheiro se manifestar, ele pode se manifestar, só que desse parecer não
1504 vai surgir fato novo. Eu vou citar o exemplo que tivemos naqueles treinamentos.
1505 O que seria um fato novo. Vamos supor que o parecer do Julio não fosse
1506 tempestivo, e o Julio trouxesse aqui uma informação nova dentro do seu parecer.
1507 'Existe uma cavidade em tal local próximo ao empreendimento'. Essa informação
1508 'que o Julio trouxe nesse parecer da existência de uma cavidade', 'que é um fato
1509 novo, que não estava contemplado no parecer ou nos estudos' não poderia
1510 ensejar um novo pedido de vista. Às vezes, o Paulo, 'tendo em consideração o
1511 parecer do Julio, eu vou requerer vista, porque tem uma cavidade.' Isso é um fato
1512 novo, e o parecer sendo intempestivo não poderia ensejar fato novo. Mas é
1513 assegurada a manifestação do conselheiro. Mesmo que fosse intempestivo, nós
1514 iríamos dar a palavra ao conselheiro, ele poderia se manifestar, como nós fizemos
1515 nos processos anteriores aqui. Em alguns processos anteriores, a Denise não
1516 entregou o parecer de forma tempestiva, de forma escrita, mas eu assegurei a ela
1517 a palavra. Então é sanada essa questão de ordem." Alexandre Alves/Nacional de
1518 Grafite Ltda.: "Meu nome é Alexandre, sou engenheiro ambiental da Nacional de
1519 Grafite. Nós ficamos até felizes, primeiramente, com os conselheiros e o pessoal
1520 do órgão ambiental tendo essa preocupação com o grafite, nanomateriais de
1521 carbono, onde pode estar o grafeno. É um desejo nosso. Só de informação, nós
1522 temos hoje em torno de 54 funcionários em pesquisas, em trabalhos de
1523 desenvolvimento de produtos a partir do grafite. A gente vem trabalhando de
1524 maneira dura para agregar valor ao grafite. Isso é muito importante. Passar as
1525 informações para vocês, na questão de nanomateriais de carbono, o grafite mais
1526 promisso nessa área para grafeno está justamente nessa unidade de Salto da
1527 Divisa. Outra informação para vocês é que somos a única empresa no Brasil hoje
1528 em escala industrial a desenvolver produtos de nanomateriais de grafite, de
1529 carbono. Então nós já estamos trabalhando nesse sentido, e hoje é uma realidade
1530 de produção nessa linha de nanomateriais de carbono. Só para vocês terem uma
1531 ideia, nós temos parcerias com a UFMG nessa parte de grafeno, CDTN, Unicamp,
1532 UFSCAR e várias outras instituições. O conselheiro Paulo falou sobre esse projeto
1533 do Estado MG grafeno. Só para informar a vocês, o grafite também que está sendo
1534 estudado nesse projeto é da Nacional de Grafite, de Salto da Divisa. Então a
1535 empresa vem trabalhando, sim, nessa verticalização em pesquisa e
1536 desenvolvimento. Então é só para adiantar a vocês e informar que é uma
1537 preocupação nossa, estamos trabalhando duramente para atingir essa meta
1538 nesse sentido de verticalização e agregar valor ao grafite aqui no Estado de Minas
1539 Gerais e no Brasil. Nós somos pioneiros no Brasil no desenvolvimento de
1540 tecnologia de grafeno. Então é só para passar a vocês essas informações.
1541 Continuando aqui, a conselheira Maria Eugênia comentou sobre o solvente
1542 mineral. Ele auxilia no processo de flotação. Nós utilizamos esse produto, e junto

1543 com espuma e o grafite ele auxilia na flotação. Utiliza-se mais ou menos uma
1544 quantidade de 12 l para 400.000 l ou 400 m³ de água. E esse material adere ao
1545 grafite, e depois o grafite é secado em secadores, e esse material é volatilizado. A
1546 concentração desse solvente mineral na atmosfera é baixíssima. Sobre as
1547 considerações do conselheiro Julio, sobre a barragem, é uma barragem de 20 m
1548 de altura, é pequena. Hoje está com ocupação de 85% dela e já implantamos o
1549 sistema de desaguamento de rejeito, já estamos encaminhando para barragem
1550 zero. É um projeto nosso, já está em implantação. Então estamos trabalhando
1551 duramente para eliminar a barragem, já está em andamento esse trabalho de
1552 maneira concreta. Para ficar mais tranquilo ainda, não existe nenhuma moradia
1553 com residente seja na zona de autossalvamento ou na mancha de inundação. Em
1554 toda a mancha de inundação não existe morador, e na zona secundária da
1555 barragem não existe morador. Sobre a questão da energia fotovoltaica, é uma
1556 fábrica que opera 24 horas, todos os dias do ano. Então na verdade para ter esse
1557 tipo de sistema precisa de acumulador de energia. Operar a fábrica no período
1558 noturno, então um grande custo de investimento seria o acumulador, e hoje no
1559 momento é inviável tecnicamente ter esse sistema de acumulador no local do
1560 empreendimento.” Marcelo Azevedo/Nacional de Grafite Ltda.: “Eu gostaria
1561 apenas de ressaltar alguns pontos também a título de esclarecimento a respeito
1562 do parecer. Como empreendimento, nós temos todas as informações e estamos
1563 prontos para esclarecer, mas realmente a questão do parecer de vista, que traz
1564 considerações importantes, nos pegou de surpresa porque foi disponibilizado,
1565 inclusive, após às 9h do dia de hoje. Mas sem problema, vamos responder aqui
1566 os principais elementos que foram colocados. Nesse sentido, o primeiro destaque
1567 que eu queria fazer é o seguinte. A empresa Nacional de Grafite é uma empresa
1568 de 85 anos, é a única empresa, como o Alexandre ressaltou, que desenvolve a
1569 tecnologia de exploração do grafite no país e, nesse sentido, trabalho
1570 pioneiramente em todas as frentes, seja a frente de utilização de filtro com relação
1571 aos rejeitos, seja a frente de desenvolvimento de tecnologia para verticalização
1572 da produção com utilização do grafeno, seja a frente de aprimoramento do próprio
1573 processo produtivo. É a Nacional de Grafite que faz isso no país, porque não
1574 existe outra empresa, não existe outro polo de exploração. Então esse fato é
1575 extremamente relevante, e eu gostaria de novamente destacar. Eu gostaria
1576 também de fazer uma pequena observação a respeito das considerações jurídicas
1577 que foram colocadas no parecer de vista. Apesar de ser direcionado, mais uma
1578 vez, à questão da legislação, algum questionamento a respeito da legislação, eu
1579 só gostaria de reforçar que, primeiro, o processo de renovação do licenciamento
1580 ambiental, nos termos do artigo 35, §7º do Decreto 47.383, determina que todas
1581 as autorizações e licenças do empreendimento concedidas vão ser consolidadas
1582 justamente no processo de renovação. E é por isso que neste processo estamos
1583 juntando Licença Ambiental Simplificada, AAF permitida no processo e a LOC.
1584 Mas as atividades foram construídas ao longo do tempo e não são em si
1585 consideradas de significativo impacto ambiental, o que é exigência para que então

1586 tenha EIA/Rima. Apesar desse fato, o processo de Licença de Operação Corretiva
1587 com relação à pilha, por uma questão de tramitação processual e alguns detalhes
1588 a respeito do processo, teve que seguir para o processo de LOC e foi instruído
1589 com EIA/Rima. Então esse processo já tem, sim, o conjunto de análises do
1590 empreendimento já tem o EIA/Rima, que faz avaliação, inclusive, da área de
1591 influência direta, da diretamente afetada, da área de influência indireta, dos
1592 impactos cumulativos e sinérgicos do empreendimento. Isso tudo faz parte da
1593 técnica de elaboração do próprio EIA/Rima, e isso foi considerado. Além disso, já
1594 existe outro EIA/Rima em análise pelo órgão ambiental. Então o empreendimento
1595 já tem o EIA/Rima e novos estudos, para avançar no futuro, o que é natural do
1596 empreendimento, que está aí perpetuando ao longo de tantos anos.” Gilmar dos
1597 Reis Martins/Supram Jequitinhonha: “Em relação ao parecer, de fato, nessa linha
1598 do parecer ficou duplicada a informação ‘solvente mineral’. Então é utilizado o
1599 solvente mineral, o representante do empreendimento já informou qual é o
1600 solvente utilizado nesse caso. Então precisa fazer essa correção mesmo da
1601 duplicação do termo ‘solvente mineral’. Outro ponto que eu gostaria de esclarecer
1602 é com relação à dúvida sobre a distância do empreendimento à unidade de
1603 conservação. O empreendimento está localizado a aproximadamente 7 km de
1604 distância da unidade de conservação e a quase 4 km de distância da sua zona de
1605 amortecimento. O empreendimento se encontra a jusante do empreendimento.
1606 No passado, quando da primeira licença ambiental, o processo foi instruído com
1607 EIA/Rima. Na época, se considerou o raio de 10 km, portanto, houve até anuência
1608 da unidade de conservação na época da concessão da primeira licença ambiental
1609 para o empreendimento. Ou seja, o empreendimento está fora da zona de
1610 amortecimento e a jusante, a uma distância de aproximadamente 4 km da zona
1611 de amortecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais alguma
1612 colocação por parte do Conselho? Não havendo, vou colocar em votação, item
1613 9.3, Nacional de Grafite Ltda.” Votação do processo. Votos favoráveis: Segov,
1614 Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg e SME. Abstenções:
1615 Relictos e ProMutuca. Ausência: Abes. Justificativas de abstenções. Conselheiro
1616 José Angelo Paganini: “Por utilização de tratamento de minério a úmido, barragem
1617 de rejeitos e lenha no processo de produção.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
1618 Grillo: “Também pela abstenção. Eu vou explicar. Antes, eu queria falar com o
1619 Alexandre, da Nacional de Grafite. Ok para a barragem. A questão de barragem
1620 para mim já ficou clara, barragem com 20 m de altura, me tranquilizou a sua
1621 explicação, muito boa. Com relação aos acumuladores, quer dizer, as baterias
1622 para um processo de geração fotovoltaica, a solução que, por exemplo, eu dei na
1623 minha casa e que todo mundo está dando é o seguinte: você gera um determinado
1624 excedente e joga na rede da Cemig, e à noite, quando você não está gerando
1625 energia fotovoltaica, você recupera isso da rede da Cemig. Eu acho que você não
1626 precisa implantar uma rede de baterias, você pode ter realmente uma geração
1627 fotovoltaica sem precisar dos acumuladores. Mas para poder fechar o assunto a
1628 minha abstenção também segue os mesmos parâmetros aqui do Paganini. Eu

1629 acho que esse é um empreendimento que nós estamos votando para dez anos,
1630 nós precisamos compreendê-lo melhor no todo. Eu iria votar pelo indeferimento,
1631 mas, como foi colocado pelo próprio empreendedor que os EIA/Rimas já estão
1632 sendo preparados em função de pilha nova e de um outro licenciamento, então
1633 eu fico pela abstenção. Mas nós temos que ter acesso ao EIA/Rima atualizado, a
1634 uma análise mais integrada de todo esse conjunto de operações, já que isso vai
1635 se estender ao longo de dez anos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1636 “Licença concedida por nove votos favoráveis, duas abstenções e uma ausência
1637 no momento da votação.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
1638 **ADENDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda.**
1639 **Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Tapira/MG. PA**
1640 **00001/1988/013/2007, ANM: 930.785/1988. Classe 6. Apresentação: Supram**
1641 **Triângulo Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, Sindiextra e Fiemg.**
1642 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Novamente, aquela pergunta. Qual é a
1643 altura atual e qual será a altura máxima prevista para as barragens de contenção
1644 de rejeitos da mineração do empreendimento? Quais são as características
1645 técnicas dessas barragens? Quantos metros cúbicos de rejeitos as barragens têm
1646 hoje e quantos metros cúbicos acumularão ao final do projeto? Quais seriam as
1647 consequências do rompimento daquelas barragens para a economia pública, a
1648 sociedade e o meio ambiente? ‘Segundo o documento ‘Classificação das
1649 barragens de mineração brasileiras - Data Base Fev/2019’ da ANM, a Mosaic
1650 Fertilizantes P & K Ltda. possui cinco barragens de rejeitos no município de
1651 Tapira: barragem BA-3, barragem BD-2, barragem BD-5, barragem BL-1 e
1652 barragem BR. Segundo o Adendo ao Parecer Único nº 0182929/2011 (Siam)
1653 indexado a este mesmo PA COPAM, a intervenção com supressão de vegetação
1654 nativa estava diretamente relacionada à estabilidade da barragem de rejeitos BR,
1655 conforme trecho abaixo: ‘O empreendimento requer a intervenção com supressão
1656 de vegetação nativa em 6,3251 hectares para a passagem das estruturas de
1657 bombeamento necessárias para alteração do ponto de lançamento de lama na
1658 Barragem de Rejeitos (BR) para montante. Tal alteração se faz necessária devido
1659 à intensa sedimentação de sólidos no local de lançamento atual, que é próximo
1660 ao extravasor da barragem e à balsa de captação de água de recirculação, o que
1661 compromete a segurança da barragem e causa piora na qualidade da água
1662 captada. A alteração do ponto de lançamento é necessária para manutenção da
1663 estabilidade da barragem e clarificação da água. Entendemos que é necessário
1664 que se realize uma auditoria completa e verdadeiramente independente no
1665 referido complexo minerário antes que a própria Licença de Operação seja
1666 renovada. Diante dos fatos e razões apresentadas acima e no parecer de vista,
1667 requeremos a baixa em diligência para que se esclareçam as dúvidas suscitadas,
1668 se apresente uma caracterização mais completa deste empreendimento, de forma
1669 sistêmica tanto a nível técnico quanto processual, e que se finalize a análise do
1670 processo de renovação da Licença de Operação. Requeremos também que as
1671 barragens passem por um novo processo de licenciamento. Caso o pedido da

1672 baixa em diligência não seja acatado, nós votaremos pelo indeferimento.”
1673 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Nosso relato de vista foi entregue no prazo
1674 regimental, e vemos que a análise do processo diz respeito, basicamente, a uma
1675 autorização de intervenção ambiental para o que se refere ao recuo de vegetação
1676 de uma lateral da correia transportadora de minério do empreendimento. A própria
1677 auditoria sugeriu que fosse feita essa intervenção por questões de segurança,
1678 para trazer maior segurança ao empreendimento. Está devidamente
1679 caracterizada a supressão de 125 árvores, e com essa supressão a faixa de
1680 segurança vai passar para 7 m de largura. Então o próprio parecer da Supram
1681 Triângulo fez uma análise muito bem-feita dessa questão, bem detalhada e se
1682 posicionou também pelo deferimento da autorização para intervenção ambiental
1683 para o empreendimento. E também dessa forma o Sindiextra e também a Fiemg
1684 se posicionam. O parecer foi conjunto pelo deferimento, nos termos do parecer
1685 da Supram.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Senhor presidente, a
1686 Denise já falou muito bem que se trata dessa autorização para intervenção
1687 ambiental em virtude da segurança dessa correia transportadora.” Presidente Yuri
1688 Rafael de Oliveira Trovão: “Houve uma solicitação de baixa em diligência,
1689 solicitada pelo Julio. Como eu fiz nos outros dois processos em que houve esse
1690 pedido, eu só quero ouvir o pessoal da Supram Triângulo sobre a pertinência ou
1691 não da baixa em diligência, se aquilo que foi colocado no parecer do Julio pode
1692 ser esclarecido neste momento. Eu gostaria de ouvir a opinião da equipe técnica
1693 do Triângulo.” Anderson Mendonça Sena/Supram Triângulo Mineiro: “Pelo
1694 relatório que o Sindiextra trouxe, praticamente a Denise já falou tudo. O Julio está
1695 tratando muito aqui sobre barragem, só que esse processo em pauta não tem
1696 vínculo nenhum com barragem de rejeito, ele é só correia transportadora de
1697 minério da área de lavra para a área de beneficiamento. Trata-se de supressão
1698 de árvores isoladas que garantem a estrutura física da correia e também dos
1699 funcionários que ali trabalham, questão de segurança de trabalho também. Não
1700 tem vínculo algum com barragem de rejeito. Na pauta, se trouxe a atividade de
1701 barragem de rejeito por ser a mais impactante do complexo. Isso é da SEMAD,
1702 que sempre pauta com a atividade mais complexa, mais impactante do complexo
1703 minerário. Nesse caso, é a barragem de rejeito. Porém, a atividade em questão,
1704 o processo em questão, não tem nenhum vínculo com barragem de rejeito, é
1705 simplesmente supressão de 125 árvores isoladas paralelas a uma correia, por
1706 sugestão de auditoria externa para garantir a segurança tanto da correia quanto
1707 dos funcionários que ali transitam. Então a Supram Triângulo é a favor de manter
1708 o processo nesta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1709 “Considerando as manifestações da equipe do Triângulo, eu vou manter o
1710 processo em pauta.” Alex Batista/Mosaic Fertilizantes: “A minha fala vai ser breve,
1711 só para reiterar as falas do Anderson e do Sindiextra. O processo em questão
1712 trata-se de um adendo à Licença de Operação do complexo. O Complexo de
1713 Mineração de Tapira é composto de mina, unidade de tratamento mineral, usina,
1714 barragem de rejeito e pilha de estéril. Todas as barragens da Mosaic Fertilizantes,

1715 de Tapira, como as que foram citadas pelo conselheiro Julio, estão com as
1716 avaliações de estabilidade em condições satisfatórias. E esse processo, igual o
1717 Anderson comentou, não se trata de barragem, é uma supressão de apenas
1718 árvores isoladas na área de uma correia transportadora da rocha fosfática à
1719 unidade de tratamento da usina. Só corroborando, as nossas declarações de
1720 estabilidade estão todas satisfatórias e foram declaradas no prazo e válidas.”
1721 Anderson Mendonça Sena/Supram Triângulo Mineiro: “Só considerar que o
1722 conselheiro Julio fez alguns questionamentos jurídicos, da questão de o processo
1723 estar em validação ainda, é só para garantir aqui junto à equipe jurídica nossa
1724 que o processo está totalmente instruído, dentro da legalidade.” Presidente Yuri
1725 Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, não havendo mais
1726 ponderação nenhuma, eu vou colocar em votação o item 10.1, Mosaic
1727 Fertilizantes P&K Ltda. PA 00001/1988/013/2007. Em votação.” Votação do
1728 processo. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, ANM, Sindiextra,
1729 Fiemg e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca. Ausências: Ibama e SME.
1730 Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo Paganini: “Pelas
1731 considerações apresentadas no parecer de vista da ProMutuca.” Conselheiro
1732 Julio Cesar Dutra Grillo: “A ProMutuca entende que é necessário que se realize
1733 uma auditoria completa e verdadeiramente independente no referido complexo
1734 minerário, antes que a própria Licença de Operação seja renovada. Nós
1735 requeremos a baixa em diligência justamente para que fossem esclarecidas as
1736 dúvidas suscitadas e para que se apresentasse uma caracterização mais
1737 completa do empreendimento de forma sistêmica, tanto em nível técnico como
1738 processual. E também para que as barragens passassem por um novo processo
1739 de licenciamento. Não havendo a baixa em diligência, o meu voto é pelo
1740 indeferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu disse sobre
1741 as considerações em relação à baixa em diligência, eu não baixe em diligência
1742 porque o processo, como dito, não se tratava de barragens e, sim, apenas das
1743 correias. Tudo isso vai ser visto no processo de revalidação ou já está em análise
1744 na Superintendência.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
1745 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E**
1746 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 11.1) Vale S/A. Projeto Capanema a Umidade**
1747 **Natural. Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração**
1748 **(classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter**
1749 **temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento**
1750 **para contenção; reaproveitamento de bens minerais dispostos em pilha de**
1751 **estéril ou rejeito; lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a**
1752 **seco, minério de ferro; unidade de tratamento de minerais (UTM); correias**
1753 **transportadoras; tratamento de água para abastecimento; tratamento de**
1754 **esgoto sanitário e postos revendedores, postos de abastecimento,**
1755 **instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.**
1756 **Itabirito/MG. PA 16416/2017/001/2018. ANM: 001016/1963. Classe 5.**
1757 **Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da

1758 ProMutuca e vista conjunta solicitada por Sindiextra, Fiemg e SME. Justificativas.
1759 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu vou pedir vista em todos os processos,
1760 menos o 15.3, que se refere à Renova. Sobre ele eu vou querer me manifestar no
1761 momento adequado. Os processos eu tenho compromisso de encaminhar para
1762 as ONGs locais poderem discutir e me apresentar alguma questão. Desta vez, a
1763 turma das ONGs de Santa Cruz do Escalvado e ali por perto, todas as
1764 associações e ONGs me mandaram um pedido para não pedir vista e com toda
1765 uma explicação técnica de por que não pedir vista. Então nós estamos aceitando
1766 a argumentação, mas eu vou explicar isso melhor no 15.3. Mas o restante eu vou
1767 encaminhar para as comunidades.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Peço
1768 vista também para análise das condicionantes do processo.” Conselheiro
1769 Henrique Damásio Soares: “Pelas mesmas justificativas da representante do
1770 Sindiextra.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou pedir vista
1771 para um conhecimento, consultando a Vale, com um pouco mais de detalhes com
1772 relação ao processo de beneficiamento e essa disposição de estéril.”
1773 “Primeiramente, eu vou pedir desculpas, pela equipe da Suppri, pelas alterações
1774 que nós vamos fazer no parecer. Tivemos um equívoco no momento em fomos
1775 enviar o parecer para a pauta e acabamos encaminhando uma versão ainda não
1776 atualizada, com algumas considerações que já tinham sido discutidas e acabaram
1777 sendo devidamente incluídas ou ajustadas no parecer. Eu vou começar a falar
1778 pela ordem que vai aparecendo no parecer. O primeiro item está na página 1, que
1779 é a capa do parecer. A primeira coisa é a Outorga nº 18.072/2017. Ela consta na
1780 capa do parecer como deferida pelo CBH, mas onde lê-se ‘deferida pelo CBH’
1781 deveria ser ‘análise técnica concluída’. Essa retificação é necessária uma vez que
1782 o processo ainda não foi julgado pelo CBH. Tem a análise técnica e jurídica
1783 concluída pelo órgão ambiental, o IGAM, mas ainda não passou pelo Comitê de
1784 Bacia. Então não seria ‘deferido’ e, sim, ‘análise técnica concluída’. O segundo
1785 destaque, ainda também na página da capa do parecer, na página nº 01, a
1786 Outorga 17.941/2017, que vem como sugestão pelo deferimento, mas na
1787 realidade deveria vir como cancelada. O empreendedor solicitou o cancelamento
1788 dessa outorga, que é a barragem Athayde, uma vez que ela foi descaracterizada.
1789 No parecer técnico de outorga já consta que essa outorga foi cancelada e que foi
1790 feito através de uma solicitação do empreendedor. Então essa informação de
1791 deferimento, na realidade, tem que ser substituída por ‘outorga cancelada’. O
1792 próximo item de destaque é o item 1.18, tabela 1.2. São as mesmas
1793 considerações, a barragem Athayde, que está como ‘análise técnica concluída’ e
1794 na realidade é uma outorga cancelada; e a outorga do desvio do córrego das
1795 Flechas, análise técnica concluída. Tem o parecer técnico e jurídico pelo
1796 deferimento, mas ainda não passou pelo Comitê.” Rodrigo Ribas/SEMAD: “No
1797 item 1.6, utilização e intervenção em recursos hídricos, tem que incluir um
1798 parágrafo que explica que o desvio do córrego das Flechas se encontra no
1799 aguardo de deliberação. A inclusão de um parágrafo. Nós estamos explicando
1800 essas alterações, mas o parecer correto, já com as alterações, já foi enviado para

1801 a Assoc, e os conselheiros vão receber o parecer com essas alterações todas. No
1802 item 3.3, na página 62, também uma inclusão. No que foi enviado, a cavidade
1803 Capa 001, classificada de alta relevância. Supressão das cavidades Capa 0001 e
1804 Capa 0037, e apenas a Capa 001 foi classificada de alta relevância. Já está
1805 incluso no parecer que foi encaminhado. No item 4.2, rendimento lenhoso, uma
1806 explicação do material lenhoso. Incluir um parágrafo também com a tabela 4.8,
1807 que é o material lenhoso em forma de lenha para utilização direta no
1808 empreendimento, no caso das espécies que não possuem uso nobre, ou para
1809 serraria, quando se tratar de espécie de uso nobre, conforme manda a lei. A
1810 inclusão explicando cada um dos usos. No item 7.3.1.9, Possíveis Impactos nas
1811 Estruturas das Cavidades, página 124, onde se lê 'O diagnóstico espeleológico
1812 do projeto de Capanema identificou 29 cavidades na AID. Os estudos preliminares
1813 apresentaram impacto irreversível em apenas uma cavidade, denominada Capa
1814 0001...', leia-se 'O diagnóstico espeleológico do projeto de Capanema identificou
1815 13 cavidades na AID. Os estudos preliminares apresentaram impacto irreversível
1816 em 2 cavidades, denominadas Capa 0001 e Capa 0037. Será condicionado ao
1817 empreendedor que rerepresente a avaliação de impacto para as cavidades Capa
1818 002, Capa 003, Capa 004, Capa 005, Capa 006 e Capa 0023, de maneira que
1819 seja detalhada a temporalidade e incidência dos impactos sobre os aspectos
1820 físicos e bióticos, conforme apresentado para as cavidades do TCLD.' Na página
1821 164, Uso de Recursos Hídricos Estaduais Outorgáveis, está escrito assim: 'Houve
1822 ainda, junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, o requerimento de
1823 outorga para intervenções em recursos hídricos na Mina de Capanema, no
1824 município de Santa Bárbara/MG. Os Processos Administrativos nº 18.509/2017,
1825 17.983/2017, 17.941/2017, 17.940/2017, 18.071/2017 e 18.072/2017 tiveram
1826 análise técnica deferida...' Aí tem aquele problema do 18.072/2017, que já
1827 discutimos aqui. Então alteramos o parágrafo: 'Os Processos Administrativos nº
1828 18.509/2017, 17.983/2017, 17.941/2017, 17.940/2017 e 18.071/2017 tiveram
1829 análise técnica deferida e permanecem aguardando publicação da decisão que
1830 ocorrerá concomitantemente com a licença, caso seja deferida, conforme § 1º do
1831 art. 9º, da Portaria IGAM, nº 48/2019. O Processo Administrativo 18.072/2017
1832 encontra-se no aguardo de deliberação pelo Comitê de Bacias Hidrográficas, CBH
1833 Rio Piracicaba, por ser considerada outorga de grande porte e o mesmo possuir
1834 Pareceres Técnico e jurídico sugerindo o deferimento.' No Anexo I, das
1835 condicionantes, página 166, condicionante 6, só tirar a segunda frase. Sempre
1836 fazemos comentários nas nossas condicionantes, nossos textos não acabados, e
1837 essa condicionante saiu com os nossos comentários. 'Firmar termo de relocação
1838 de reserva legal a ser celebrado com a SEMAD'. Aí comentamos: 'Podemos já
1839 colocar...' E na próxima está 'comprovar averbação'. É para tirar essa segunda
1840 frase, é um errinho nosso, só para nossas anotações. Na condicionante 08, da
1841 página 167, está assim: "Apresentar as outorgas referente aos poços que tiveram
1842 sua perfuração concedida através das autorizações 166, 167, 168. Antes da LI.'
1843 O prazo é 'antes da LO'. Só uma alteração para o prazo. Na página 167, inclusão

1844 da condicionante na fase de Licença Prévia. Aí é importante, mas já está no texto
1845 terminado. Condicionante 10: 'Apresentar certificado de outorga para o desvio no
1846 córrego das Flechas. Qualquer utilização referente ao desvio no córrego das
1847 Flechas fica impedida até a publicação da portaria. Prazo: antes de qualquer
1848 intervenção no córrego das Flechas'. Porque já estava na análise anterior que a
1849 outorga, apesar de ter atestado a viabilidade, já ter parecer técnico pelo
1850 deferimento pelo IGAM, ainda não foi avaliada no CBH Piracicaba, que tem
1851 reunião marcada para o dia 3 de dezembro, para avaliação, inclusive, desse
1852 processo. Anexo 1, condicionantes, página 169. A condicionante 27 é necessário
1853 excluí-la. Já foram aprovadas no parecer, mas não é necessária a averbação da
1854 matrícula no imóvel, que estava sendo pedida nesse caso. O decreto federal não
1855 obriga a averbação e permite alteração da relevância. Alterando a relevância,
1856 essas cavidades poderão ser objeto de impacto negativo irreversível, conforme
1857 legislação. Não há previsão legal de averbação das áreas de influência na
1858 matrícula quando elas não têm previsão de preservação. No Anexo III,
1859 autorização para intervenção ambiental, página 176, nós temos que fazer junção
1860 de subitens. Itens 6.1.1 e 6.1.2 devem ser descritos juntos. 'Com destoca e sem
1861 destoca' tem que ser descrito junto. Então é: 'Supressão da cobertura vegetal
1862 nativa com e sem destoca'. Só une o cálculo, a união dos dois na mesma área,
1863 no mesmo volume, tudo da mesma maneira. Não há diferença nos cálculos do
1864 rendimento lenhoso. Também no Anexo III, na página 178, tem que alterar
1865 destinação do produto ou subproduto vegetal. Então no item 9.1.1 tem um cálculo,
1866 no 9.1.2, lenha, tem outro cálculo, de plantada e de nativa, madeira em tora
1867 plantada e madeira em tora nativa. Para fazer aquela distinção entre as madeiras
1868 que são de uso nobre e as madeiras que não são de uso nobre. As que não são
1869 de uso nobre podem ser usadas como lenha. As que são de uso nobre têm que
1870 ser usadas como madeira em tora para serraria. É só uma adequação legal nesse
1871 caso. Pedimos desculpa aos senhores tanto pelo erro quanto pela demora nas
1872 alterações. Nesse caso específico, nós mandamos uma versão anterior para o
1873 Conselho antes de serem feitas essas alterações e já estão disponíveis na versão
1874 final para os senhores. Como não muda a nossa análise de viabilidade, nós não
1875 pedimos para tirar da pauta para fazer as alterações, são alterações muito mais
1876 de forma do que de conteúdo." **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
1877 EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE
1878 INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 12.1) FVS
1879 Mineração Ltda. Mina 2,5. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto
1880 rochas ornamentais e de revestimento. São Gotardo/MG. PA/SLA 3276/2020,
1881 ANMs: 833.323/2008 e 830.383/2008. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016,
1882 artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Triângulo Mineiro.
1883 Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca, conforme
1884 justificativa registrada no item 11.1. **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
1885 EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM
1886 LICENÇA DE OPERAÇÃO. 13.1) Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).****

1887 **Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro. Mirai e São**
1888 **Sebastião da Vargem Alegre/MG. PA 00309/1996/218/2018. ANM**
1889 **830.564/1980. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
1890 **alínea b). Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta com pedido de
1891 vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindiextra e Fiemg.
1892 Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Vista para
1893 conhecer um pouco mais esse detalhamento dos trabalhos da Companhia
1894 Brasileira de Alumínio, em se tratando de aproveitamento desse material na
1895 fabricação de alumínio. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista
1896 ao processo para análise das condicionantes.” Conselheiro Henrique Damásio
1897 Soares: “Para verificar também as condicionantes do processo.” Justificativa da
1898 ProMutuca registrada em bloco no item 11.1. Destaque. Mariana Antunes
1899 Pimenta/SEMAD: “São alterações bem pequenas. A mais significativa realmente
1900 é na capa e no texto do parecer, que confundimos o processo. Nós estamos
1901 analisando dois processos simultâneos da CBA e afirmamos que esse estava
1902 dentro da APA Rio Preto, mas não se encontra. É o outro. Então estamos
1903 retificando que não está dentro da APA Rio Preto. Depois disso, nós fizemos
1904 algumas mudanças na argumentação referente a compensação minerária
1905 explicando um pouco melhor o nosso argumento. Mudamos a coordenada de
1906 algum ponto de monitoramento e prazos de duas condicionantes, por solicitação
1907 do empreendedor e que achamos que faz sentido técnico essa alteração. Foram
1908 só essas alterações, e o parecer já está com essas alterações e será
1909 encaminhado em seguida para o COPAM.” **14) PROCESSOS**
1910 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 14.1) Vale**
1911 **S/A. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM). Nova Lima/MG. PA**
1912 **00237/1994/114/2014, ANM: 931.198/1985. Classe 5. Apresentação: Supram**
1913 **Sul de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e
1914 vista conjunta solicitada por Sindiextra e Fiemg. Justificativas. Conselheira Denise
1915 Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista a este processo também para análise das
1916 condicionantes.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Pelas mesmas razões
1917 expostas pela representante do Sindiextra.” Justificativa da ProMutuca registrada
1918 em bloco no item 11.1. **14.2) SAFM Mineração Ltda. Lavra a céu aberto,**
1919 **minério de ferro, unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento**
1920 **a úmido. Itabirito/MG. PA 18804/2009/009/2017, ANM 831.929/1984. Classe 5.**
1921 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com
1922 pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por Sindiextra, Fiemg e
1923 SME. Justificativas. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista
1924 deste processo para análise de condicionantes.” Conselheiro Henrique Damásio
1925 Soares: “Eu solicito vista para analisar melhor as condicionantes propostas.”
1926 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou pedir pelos mesmos
1927 motivos.” Justificativa da ProMutuca registrada em bloco no item 11.1. **15)**
1928 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
1929 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 15.1) Élcio Leonaldo de Souza Eireli - Lavra a céu**

1930 **aberto com ou sem tratamento. Rochas ornamentais e de revestimento;**
1931 **pilha de rejeito/estéril. Rochas ornamentais e de revestimento; estrada**
1932 **externa para transporte de minério/estéril. São José da Barra/MG. PA**
1933 **00326/2001/015/2019, ANM: 830.049/1993. Classe 4 (conforme Lei nº**
1934 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**
1935 **Minas. Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca, conforme**
1936 **justificativa registrada no item 11.1. 15.2) Belmont Mineração Ltda. Extração de**
1937 **rochas (gnaisse) para produção de britas; Unidade de Tratamento de**
1938 **Minerais (UTM), com tratamento a seco; pilha de rejeito/estéril. São Gonçalo**
1939 **do Rio Abaixo/MG. PA 24433/2017/003/2019, ANM: 831.239/1997. Classe 4**
1940 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
1941 **Supram Leste Mineiro. Processo retirado de pauta com pedido de vista da**
1942 **ProMutuca e vista conjunta solicitada por Sindiextra e Fiemg. Justificativas.**
1943 **Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista ao processo para**
1944 **análise das condicionantes.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Pelos**
1945 **mesmos motivos da representante do Sindiextra.” Justificativa da ProMutuca**
1946 **registrada em bloco no item 11.1. 15.3) Fundação Renova. Regularização**
1947 **Ambiental das Obras de Dragagem e Disposição de Rejeitos na Fazenda**
1948 **Floresta e Recuperação das Margens e Setores da área denominada como**
1949 **Trecho 12 (Área do Reservatório da UHE Risoleta Neves). Pilhas de**
1950 **rejeito/estéril; dragagem para desassoreamento de corpos d’água; outras**
1951 **formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas;**
1952 **mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de empreendimentos**
1953 **minerários; extração de rocha para produção de britas e canalização e/ou**
1954 **retificação de curso d’água. Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG.**
1955 **PA/SLA 1496/2020. Processos SEI nº 1370.01.0017260/2020-47**
1956 **(Compensação de Mata Atlântica) e nº 1370.01.0004504/2020-12 (AIA).**
1957 **Classe 6. Apresentação: Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de**
1958 **vista do Sindiextra e vista conjunta solicitada por SME e Fiemg. Justificativas.**
1959 **Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista em virtude da**
1960 **complexidade do processo, de toda a análise que está sendo feita e,**
1961 **principalmente, pelo grande número de condicionantes, que andamos analisando**
1962 **e vimos que algumas delas, realmente, talvez não seriam nem aplicadas ao**
1963 **processo. Em virtude disso, eu vou pedir vista desse processo.” Conselheiro**
1964 **Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Pedindo vista em função também do**
1965 **volume de condicionantes, que realmente eu achei bastante grande.” Conselheiro**
1966 **Henrique Damásio Soares: “Eu solicito vista também para analisar melhor as mais**
1967 **de 60 condicionantes apresentadas.” Destaque. Karla Brandão Franco/SEMAD:**
1968 **“Nós temos algumas correções que foram verificadas no parecer. O CNPJ do**
1969 **empreendedor precisamos alterar, que foi com o CNPJ incorreto. E nas**
1970 **condicionantes nós corrigimos a numeração. A única alteração que eu não**
1971 **encaminhei ainda para a Assoc foi o CNPJ, mas as condicionantes já estão todas**
1972 **alteradas. E nas condicionantes 45, 48 e 50 tem algumas alterações no texto,**

1973 duas por digitação incorreta e uma com um acréscimo. Na condicionante 14, nós
1974 inserimos um texto solicitando que seja apresentado o cumprimento das
1975 condicionantes solicitadas pela prefeitura na declaração de conformidade. O
1976 parecer já está corrigido com a Assoc.” **16) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
1977 **PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 16.1) Nexa**
1978 **Recursos Minerais S/A. Unidade Morro Agudo. Lavra subterrânea exceto**
1979 **pegmatitos e gemas. Paracatu/MG. PA 0004/1979/045/2018, ANMs:**
1980 **802.822/1974 e 806.973/1968. Classe 6. Apresentação: Supram Noroeste.**
1981 Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta
1982 solicitada por Sindiextra, SME e Fiemg. Justificativas. Conselheira Denise
1983 Bernardes Couto: “Eu vou pedir vista desse processo também para análise das
1984 condicionantes.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Também
1985 peço pelo mesmo motivo.” Conselheiro Henrique Damásio Soares: “Também
1986 peço de acordo com os motivos expostos.” Justificativa da ProMutuca registrada
1987 em bloco no item 11.1. **17) ENCERRAMENTO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1988 Trovão: “Senhores conselheiros, nós vencemos a nossa pauta, mas ficou aquilo
1989 que nós falávamos, logo no início, de pontuar, por solicitação da nossa secretária
1990 de Meio Ambiente, quais seriam os pontos – ela solicitou que fossem colocados
1991 pontos específicos – para os nossos debates e para criação do possível Grupo de
1992 Trabalho.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu já tinha formulado as minhas
1993 sugestões e vou repetir o que tinha sugerido. Acho que o primeiro item, conforme
1994 sugerido pelo próprio Carlos Orsini, seria análise ambiental integrada e que essa
1995 análise incluísse um modelo hidrológico de águas superficiais e profundas para
1996 que possamos ter as noções exatas dos impactos cumulativos e sinérgicos sobre
1997 os recursos hídricos. Análise ambiental integrada com ênfase no modelo
1998 hidrológico de águas superficiais e profundas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1999 Trovão: “O resultado disso seria o quê, na sua opinião? O que teríamos como
2000 resultado disso? Uma proposta de alteração de uma DN? Qual seria mais ou
2001 menos na sua visão?” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “É uma proposta de
2002 alteração no processo de licenciamento de empreendimentos com grandes
2003 impactos cumulativos. Essa proposta pode gerar deliberações normativas,
2004 decretos, regulamentações. Pode gerar um monte de coisa, nós ainda não
2005 sabemos porque não sabemos quais serão efetivamente as propostas de
2006 alteração. O segundo item é segurança hídrica versus mineração.” Ana Carolina
2007 Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “Eu queria contribuir na condução. O que nós
2008 como Sistema de Meio Ambiente temos trabalhado? No momento de criação de
2009 Grupo de Trabalho, nós temos criado Grupo de Trabalhos específicos para
2010 apresentação de um resultado, que seja um relatório, uma proposta de alteração.
2011 Por exemplo, no CERH, ‘proposta de alteração da cobrança pelos recursos
2012 hídricos. Quando o Yuri está colocando aqui a necessidade de termos uma
2013 descrição melhor para o foco é porque para o GT, no momento da sua criação, a
2014 proposta nossa é levar as temáticas para uma deliberação da secretária. Então
2015 quando pedimos para que haja uma descrição melhor é porque tem funcionado a

2016 criação do GT, com todos os interessados, o papel do coordenador, da secretaria,
2017 para que haja em um prazo definido a entrega de um produto. É lógico que o
2018 produto é um relatório com as atividades que foram desenvolvidas pelo Grupo e
2019 o trabalho, uma conclusão. Então como no primeiro item seria essa proposta que
2020 você colocou muito bem de uma alteração que agora ainda não se sabe qual é,
2021 porque vai ser o trabalho do Grupo. Então só para colocar o contexto para eu
2022 levar, como secretária executiva, à secretária. É uma decisão da secretária,
2023 subsidiada por nós, pela Câmara, para ver o que vamos tratar. Porque tem prazos
2024 definidos, e vamos trabalhar com isso. Por exemplo, essa parte de segurança
2025 industrial versus mineração é um assunto extremamente amplo. Então temos que
2026 tentar direcionar mais qual é o objetivo dos conselheiros com esse Grupo de
2027 Trabalho. E também acho difícil, com um prazo e uma coordenação, criarmos um
2028 Grupo de Trabalho com talvez três frentes diferentes. Então às vezes seria melhor
2029 focar uma temática a ser criada, a ser desenvolvida, e vamos para a próxima. Só
2030 para ajudar aqui na discussão para pensarmos a melhor forma de conduzir para
2031 essa sugestão que é apresentada para validação da secretária.” Conselheiro Julio
2032 Cesar Dutra Grillo: “Do ponto de vista metodológico, eu concordo com você em
2033 parte, mas tem parte com que eu não concordo. E eu queria explicar a minha
2034 discordância. Nós propusemos, inicialmente, as reuniões trimestrais para poder
2035 discutir alguns assuntos. Eu acho que os Grupos de Trabalho têm que existir em
2036 paralelo com essas discussões trimestrais, eles vão trazer subsídios para as
2037 discussões trimestrais, que devem envolver todo o Conselho. Porque em um
2038 Grupo reduzido você não sabe como vai equilibrar todas as opiniões. Tem
2039 primeiro a reunião do Conselho, aquela trimestral, que vai falar o seguinte: ‘Hoje
2040 nós vamos discutir segurança hídrica em mineração, nós queremos saber quais
2041 são as regras que nós deveríamos ter para poder compatibilizar a mineração
2042 garantindo segurança hídrica para o futuro; presente e futuro’. Mas isso ocorre em
2043 paralelo com os Grupos, não é um subordinado ao outro. Eu acho muito
2044 importante que a discussão atinja a todos, e quando for no Grupo vai ser uma
2045 discussão mais restrita. É isso, eu acho que as coisas trabalham em paralelo.”
2046 Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “No formato que você está
2047 colocando, eu entendo que as reuniões trimestrais, com todos os representantes,
2048 todos os conselheiros, vão discutir as temáticas que depois podem, virar de
2049 acordo com a necessidade, um Grupo de Trabalho para discutir já com as
2050 diretrizes. Então eu queria sugerir para deliberação dos conselheiros. Eu entendo
2051 que deveríamos partir de uma primeira reunião extraordinária com as temáticas
2052 que você está sugerindo, com o de acordo dos conselheiros, para depois
2053 pontualmente serem criados os Grupos de Trabalho para as discussões.”
2054 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu concordo plenamente com você,
2055 concordo integralmente.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD:
2056 “Complementando, eu entendo que deveríamos definir aqui as temáticas para a
2057 primeira reunião extraordinária, que seria especificamente para tratar as
2058 temáticas que estão sendo sugeridas aqui por vocês. Eu quero saber se todos

2059 estão de acordo. A proposta inicial seria essa, e vamos ver as sugestões dos
2060 outros conselheiros.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu acho que foi
2061 muito válido esse resgate que você fez, Julio, porque nós conversamos e
2062 decidimos há algumas reuniões. Foi muito válido mesmo até para poder chegar a
2063 esse formato agora que a Ana Carolina sugeriu. Igual no caso que foi falado de
2064 se agendar a reunião extraordinária para podermos ver os temas que vão
2065 começar a ser discutidos. Concordo plenamente com isso. Agora só uma
2066 questãozinha, em virtude de final de ano, sabemos que até o próprio calendário
2067 da SEMAD para as reuniões do COPAM vai estar reduzido. O calendário oficial já
2068 está no site disponibilizado. Como tem aquelas duas últimas semanas entre Natal
2069 e Ano Novo, com o recesso, poderíamos agendar essa reunião extraordinária
2070 para o início do ano que vem.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD:
2071 “Nós temos reunião o ano todo e sabemos da dificuldade de quórum no período
2072 de férias. Então a minha sugestão é realmente essa extraordinária não caberia
2073 fazermos no mês de dezembro. A proposta fica para deliberação de vocês de
2074 fazer ou em janeiro ou fevereiro. É uma decisão exclusivamente de vocês, sendo
2075 uma extraordinária já planejada com as temáticas que vão ser encaminhadas por
2076 vocês. Aí vocês só deliberam para já ficar registrado em ata qual foi o
2077 desdobramento da proposta de moção, o desdobramento das reuniões
2078 extraordinárias e eventuais criações de GTs, de acordo com o resultado dos
2079 trabalhos dessas extraordinárias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós
2080 temos aqui o primeiro tema. E o segundo tema é segurança hídrica X mineração.”
2081 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O segundo item, que é segurança hídrica X
2082 mineração, o nosso objetivo é buscar uma regulamentação que nos permita
2083 analisar até que ponto podemos prosseguir com a mineração em uma bacia, em
2084 função da segurança hídrica. Isso envolve analisar, por exemplo, rebaixamento
2085 de lençol freático e outros itens. E o terceiro item: corredores ecológicos versus
2086 mineração. Buscar uma forma de compatibilizar a exploração mineral com a
2087 existência de corredores ecológicos, uma coisa não pode excluir a outra.
2088 Compatibilizar a exploração mineral com a necessidade de preservar os
2089 corredores ecológicos da área do empreendimento.” Conselheiro Valter Vilela
2090 Cunha: “Naquela primeira sugestão, só em termos de texto: ‘águas superficiais e
2091 águas subterrâneas’.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Perfeito, correto.”
2092 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Mais alguma sugestão para a primeira
2093 reunião extraordinária? Então para a primeira reunião extraordinária nós temos
2094 esses três pontos sugeridos pelo Julio e também pelo Orsini, que não está
2095 presente, mas foi uma discussão que tivemos na reunião em que foi votada a
2096 moção. Os senhores prefeririam essa reunião em janeiro ou fevereiro?”
2097 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu prefiro fevereiro.” Conselheiro
2098 Henrique Damásio Soares: “Também fevereiro.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
2099 Grillo: “Fevereiro. Então ok.” Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD:
2100 “Obrigada. Eu só queria realmente definir essa data. Como é a primeira reunião,
2101 temos que ter todos aqui presentes, tudo planejado. Então em fevereiro faremos

2102 tanto a ordinária quanto essa extraordinária específica.” Em seguida, não havendo
2103 outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão
2104 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada
2105 esta ata.

2106

APROVAÇÃO DA ATA

2107

2108

2109

2110

2111

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias